



BUSCAR

Home > Autoregulação > Informações Gerais > Lista de Instituições Participantes dos Códigos

Caixa Econômica Federal

- Supervisão
- Organismos
- Informações Gerais
 - Lista de Instituições Participantes dos Códigos**
 - Guia de Prazos
 - Como Adorn
 - Taxas de Supervisão
- Novo Mercado de Renda Fixa
- Códigos

Código ABVCAP/ANBIMA FIP e FIEE
Código de Distribuição de Produtos no Varejo
Código de Ética
Código de Negociação de Instrumentos Financeiros
Código dos Processos de Regulação e Melhores Práticas
Código para Fundos de Investimento
Código para Fundos de Investimento – categoria Distribuidor
Código para o Programa de Certificação Continuada
Código para Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais

<< Voltar

NOTÍCIAS

Custodiantes têm até dezembro para se adaptar às regras da Instrução nº 342 da CVM

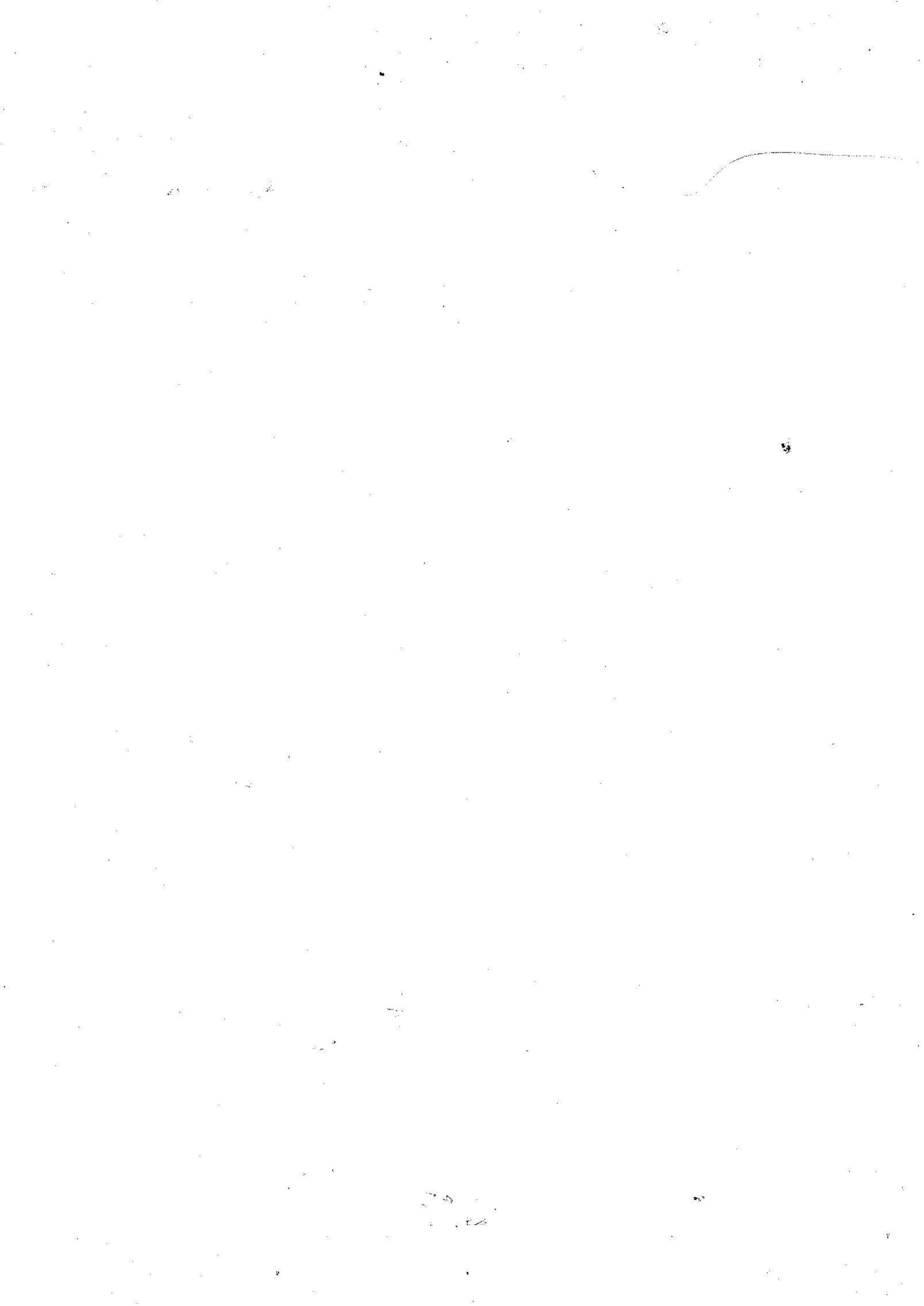
Seca consulta mercado sobre harmonização regulatória

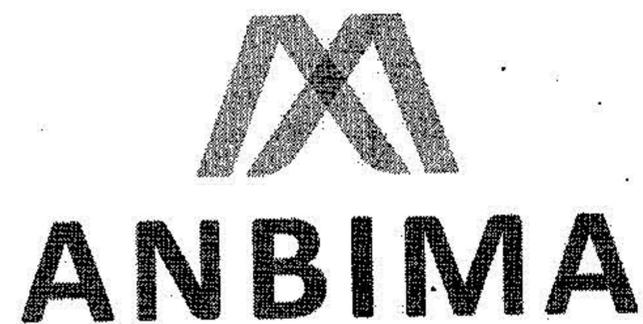
Mercado de capitais: aumenta volume das operações domésticas de renda fixa

RELACIONADOS

- Organismos
- Posicionamento
- Código de Ética

Compartilhe:  





▶ Questionário Padrão
Due Diligence para Fundos de
Investimento – Seção 1:

Informações Sobre a Empresa

Gestor de recursos de terceiros (Pessoa Jurídica):

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Questionário preenchido por:

VIART – Vice Presidência de Administração e Gestão Ativos de Terceiros

Data:

31/12/2017

(Todos os campos devem ser preenchidos. Caso algum campo não seja aplicável à sua instituição, este deve ser preenchido com "N/A")

Sumário

Apresentação.....	3
1) Informações sobre a Empresa.....	4
1 - Informações Cadastrais.....	4
2 - Informações Institucionais.....	4
3 - Números da Empresa.....	16
4 - Receitas da Empresa.....	17
5 - Recursos Humanos.....	17
6 - Informações Gerais.....	18
7 - Informações Operacionais.....	19
8 - Compliance e Auditoria Interna.....	28
9 - Questões Jurídicas e Legais.....	30
10 - Anexos.....	31
2) Declaração.....	32
3) Eventos Importantes.....	33
Atualizar Sumário.....	

(Para atualizar o sumário, clique no texto acima com o botão direito,
atualizar campo, atualizar apenas os números de página)

Apresentação

O objetivo deste Questionário Padrão ANBIMA Due Diligence para Fundos de Investimento ("Questionário Due Diligence") é o de conferir maior racionalidade aos processos de diligência voltados para a seleção e a alocação de recursos em fundos de investimento, com o estabelecimento de um padrão único para o questionário a ser utilizado nesses processos. Geralmente aplicado por investidores institucionais ou alocadores de recursos ao gestor do fundo de investimento no qual se pretende investir, o Questionário Due Diligence foi elaborado e será periodicamente revisado por um Grupo de Trabalho formado por associados à ANBIMA. Sua utilização, contudo, não inibe a troca de informações adicionais acerca de questões eventualmente não contempladas no documento entre as partes envolvidas.

O Documento contém 3 Seções:

Seção 1 – Informações sobre a Empresa

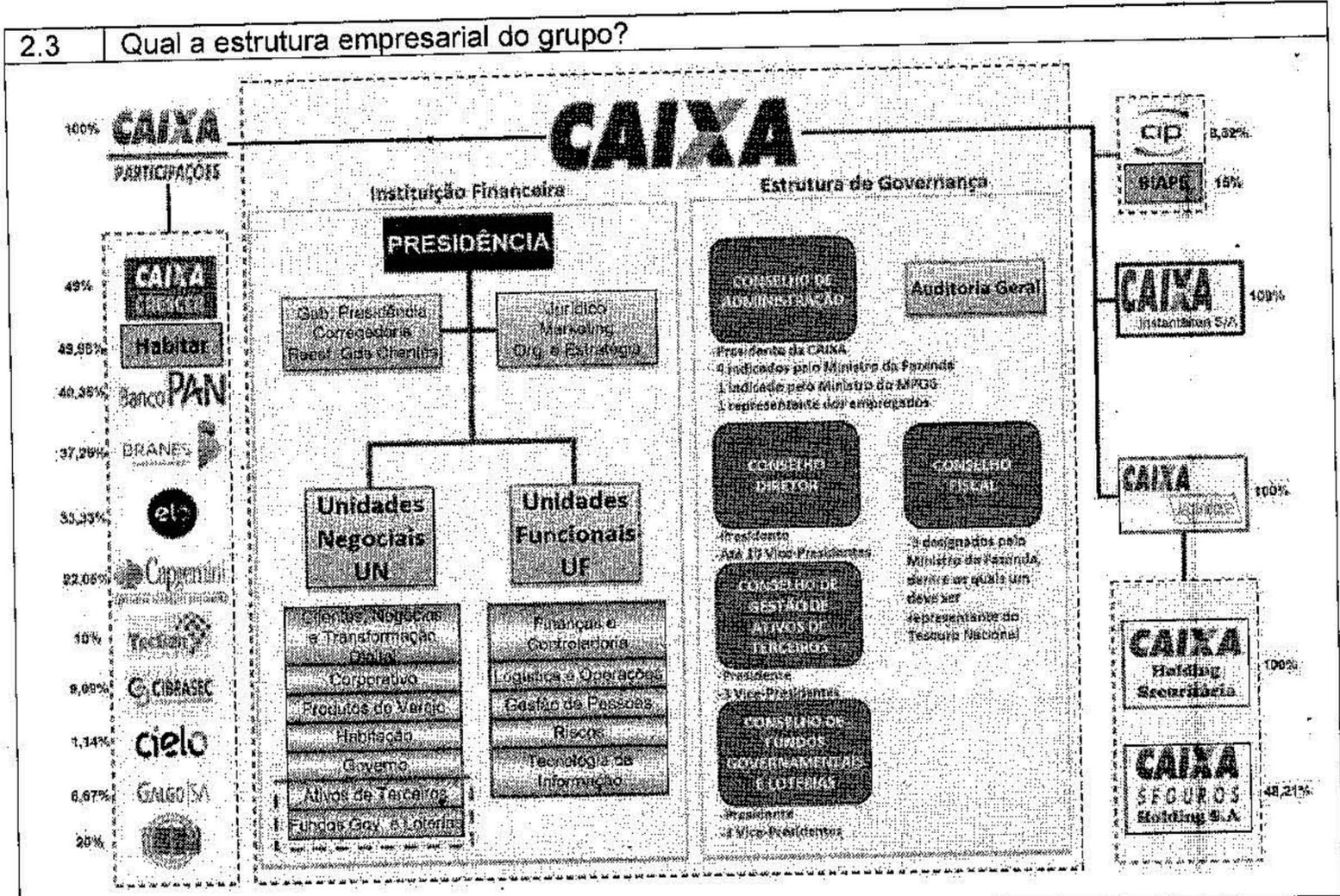
Seção 2 – Informações sobre o Fundo de Investimento

Seção 3 – Resumos Profissionais

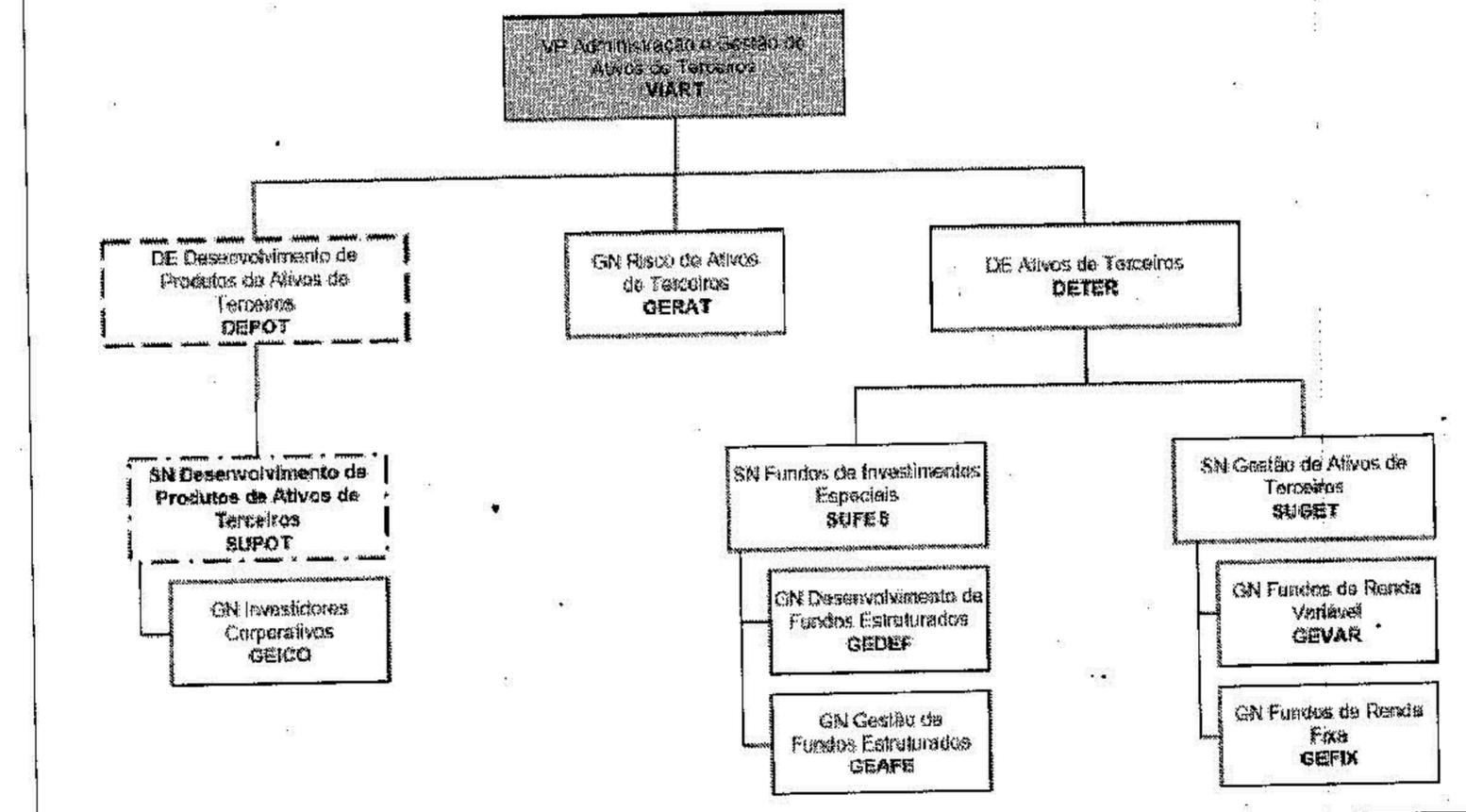
A adoção do documento é recomendada pelo Código de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimentos.

1) Informações sobre a Empresa

1 - Informações Cadastrais	
1.1	Razão Social CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
1.2	Nome de fantasia CAIXA
1.3	Endereço Avenida Paulista, 2300 - 11º Andar – Bela Vista - São Paulo/SP
1.4	CNPJ 00.360.305/0001-04
1.5	Data de constituição 12/01/1861
1.6	Telefone (11) 3572-4600
1.7	Fax
1.8	Website www.caixa.gov.br
1.9	Quais são as autoridades regulatórias em que a empresa possui registro? Fornecer detalhes sobre os registros, tais como nome, data e nº de registro da atividade. CVM - Ato Declaratório CVM nº 3.241, de 04 de janeiro de 1995
1.10	Membro de associações de classe? Quais? Sim. A VIART é membro da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais e da ABVCAP – Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital
1.11	Nome de quem responde o questionário Milena Battalhini
1.12	Cargo Assistente Executivo
1.13	Telefone para contato (11) 3572-4600
1.14	Fax (11) 3572-4600
1.15	E-mail para contato geico@caixa.gov.br
2 - Informações Institucionais	
2.1	Quadro societário: nomes dos principais sócios e respectivas participações (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3) A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.
2.2	Principais alterações no quadro societário nos últimos cinco anos. N/A



2.4 Forneça o Organograma da Empresa (anexar Resumo Profissional dos principais executivos conforme modelo constante na Seção 3)



2.5 Responsável perante a CVM (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na

Seção 3)	
Flávio Eduardo Arakaki- Vice-Presidente Interino de Administração e Gestão de Ativos de Terceiros (VIART)	
<p>•Mestre em Administração de Empresas pelo Instituto de Ensino e Pesquisa – INSPER, pós graduado em Fundos de Investimentos pela PUC/SP, especialização em Engenharia Econômica pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, graduado em Administração de Empresas pela Universidade PresbiterianaMackenzie.</p> <p>•Na CAIXA desde 1999, atuou nas áreas de crédito empresarial e, desde 2001, nas atividades da área de Fundos de Investimentos. Durante sua atuação na área de Fundos de Investimento já exerceu cargos nas áreas de Renda Variável, Estudos e Cenários Econômicos, Pesquisas Quantitativas, Gestão e Administração de Fundos de Investimentos Estruturados (FII, FIDC e FIP).</p> <p>•Atualmente é Diretor Executivo da Diretoria Executiva de Ativos de Terceiros – DETER, sendo responsável pelas áreas de Gestão, Administração e Distribuição de Fundos de Investimentos de Varejo, Exclusivos, Estruturados, bem como Carteiras Administradas do FGTS, Carteiras Comerciais e Carteiras de Prefeituras e dos Regimes Próprios de Previdência.</p>	
2.6	A empresa é signatária do Código de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA? Em caso afirmativo, citar o(s) Código(s).
<p>Sim. A CAIXA é signatária dos seguintes Códigos da ANBIMA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Código ABVCAP/ANBIMA FIP e FIEE - Código de Distribuição de Produtos no Varejo - Código de Ética - Código de Negociação de Instrumentos Financeiros - Código dos Processos da Regulação e Melhores Práticas - Código para Fundos de Investimento - Código para Fundos de Investimento – categoria Distribuidor - Código para o Programa de Certificação Continuada - Código para Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais. 	
2.7	A empresa é signatária do Código de Ética da ANBIMA?
Sim.	
2.8	A empresa é signatária de outros Códigos ou assemelhados? Caso seja, citar as instituições.
Sim, em 05/2013, a CAIXA passou a ser signatária do PRI – Principles for Responsible Investment (Princípios para o Investimento Responsável).	
2.9	Os principais sócios ou os principais executivos detêm participação em outros negócios? Quais?
N/A	
2.10	Os principais executivos exercem alguma atividade de representação ou governança (cargos em Conselhos, Diretorias, Comissões, Associações, Bolsas, etc.) em outras empresas ou entidades? Quais?
<p>Sim. Comitê de Fundos de Renda Fixa e Multimercados, Fundos de Ações, Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, Fundos de Investimento em Participações e Fundos Estruturados da ANBIMA.</p> <p>Alguns executivos também participam de Conselhos em companhias investidas pelos fundos.</p>	
2.11	Descreva breve histórico da empresa.
Fundada em 12 de janeiro de 1861, na cidade do Rio de Janeiro, a Caixa Econômica Federal é, atualmente, uma instituição financeira de capital fechado, sob controle nacional público com sede em Brasília, Distrito Federal.	

A CAIXA é o maior banco público da América Latina, e marca presença em todas as regiões brasileiras com uma ampla rede de atendimento com 65,7 mil pontos. São 4,2 mil agências e pontos de atendimento; 29,4 mil correspondentes CAIXA Aqui e Lotéricos; 32,1 mil máquinas distribuídas pelo País; 2 agências-barco, 18 caminhões-agência e 3 escritórios de representação no exterior (Japão, Estados Unidos e Venezuela). Além disso, os clientes têm à sua disposição, 16,2 mil terminais da rede Banco24Horas.

A atuação da CAIXA vai desde banco comercial, até a execução de políticas governamentais, passando por setores como habitação, saneamento, infraestrutura e prestação de serviços. Atualmente é o maior agente financiador do setor imobiliário e do setor de saneamento e, o segundo maior financiador de infraestrutura do país.

Cabe destacar a relevante participação da CAIXA na indústria de fundos de investimento e operações no mercado de capitais. Conforme o ranking de administrador divulgado pela ANBIMA, a Caixa Econômica Federal ocupa a quarta posição em montante total administrado, com ativos de terceiros que somam aproximadamente R\$ 248,9 bilhões em 09/2015. O índice de Basiléia, em Junho de 2015, correspondeu a 14,0%, superior em 3,0 p.p. ao valor mínimo exigido de 11%.

É gestora do FI-FGTS e Carteiras para investimento em Saneamento, Transportes e empreendimentos Imobiliários, que já investiram mais de R\$ 30 bilhões, por meio de instrumentos de dívida e participações.

2.12 A Empresa possui Código de Ética e Conduta, Manual de Compliance, Manual de Risco, Manual de marcação a mercado, Manual de Gestão de Liquidez, Política de *Suitability*. Em caso afirmativo, favor anexar.

Sim.

2.13 Cite os Comitês formais, a sua composição em termos de cargos, a frequência com que são realizadas as suas reuniões e a forma como são registradas suas decisões.

COMITE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Tem por finalidade analisar, definir, planejar, aprovar produtos, políticas e estratégias, gestão de risco e conformidade. As reuniões ordinárias ocorrem mensalmente. É composto por nove membros titulares, a saber:

- _ Vice-Presidente da VIART;
- _ Diretor Executivo de Ativos de Terceiros
- _ Superintendente Nacional da SUFES;
- _ Superintendente Nacional da SUGET;
- _ Superintendente Nacional da SUPOT;
- _ Gerente Nacional da GEICO;
- _ Gerente Nacional da GERAT;
- _ Consultores de Dirigente da VIART.

COMITE DE INVESTIMENTO

Tem por finalidade analisar e aprovar políticas e estratégias de alocação de portfólio dos fundos de investimento e carteiras administradas, observando as diretrizes e alçadas emanadas do Comitê de Planejamento e Gestão da VIART. É composto por sete membros titulares, a saber:

- O Superintendente Nacional da SUGET, que o preside;
- O Gerente Nacional da GEFIX;
- Dois Gerentes Executivos da GEFIX;
- O Gerente Nacional da GEVAR;
- Dois Gerentes Executivos da GEVAR.

- * O Gerente Executivo da GERAT, responsável pelo Risco, ou seu substituto eventual ou em exercício, participa das reuniões obrigatoriamente, porém sem direito a voto.
- * O Gerente Executivo da GERAT, responsável pela Conformidade, ou seu substituto indicado, participa do Comitê, obrigatoriamente, porém sem direito a voto.

COMITE DE INVESTIMENTO PARA FUNDOS DE FUNDOS (FOF)

O Comitê de Investimento para Fundos de Fundos (FoF) geridos pela SUGET, órgão autônomo de caráter deliberativo, tem por finalidade avaliar e aprovar políticas e estratégias de alocação em fundos geridos por outras instituições, observadas as diretrizes e determinações emanadas do Comitê de Planejamento e Gestão da VIART. O Comitê é composto por cinco membros titulares, a saber:

- O Diretor Executivo da DETER;
- O Superintendente Nacional da SUGET;
- O Gerente Nacional da GEVAR;
- O Gerente Nacional da GEFIX;
- O Operador de Mesa da SUGET, responsável pelas atividades de gestão dos fundos multigestores.

- O Superintendente Nacional da SUPOT, o Gerente Nacional da GERAT e o Gerente Executivo da GERAT, responsável pela Conformidade, participam das reuniões obrigatoriamente, porém sem direito a voto.

COMITE TÁTICO OPERACIONAL

O Comitê Tático Operacional é um órgão que atua de forma autônoma de caráter deliberativo, tendo por finalidade examinar e avaliar, diariamente, o cenário dos mercados financeiro e de capitais objetivando realizar as operações de compra e venda de ativos para os fundos de investimento e carteiras administradas, e definir as estratégias para participação em leilões de títulos públicos, considerando eventuais riscos e observando as diretrizes emanadas do Comitê de Investimento e do Comitê de Planejamento e Gestão da VIART. O Comitê é composto por seis

membros titulares, a saber:

- _ Gerente Nacional de Renda Fixa – GEFIX;
- _ Gerente Nacional de Renda Variável – GEVAR;
- _ Dois Gerentes Executivos da GEFIX;
- _ Dois Gerentes Executivos da GEVAR.

- Um representante da GERAT, responsável pela pesquisa econômica e setorial participa da reunião para fornecer informações que auxiliem na tomada de decisão, porém sem direito a voto;
- Um representante da GERAT, responsável pela Conformidade, participa do Comitê, obrigatoriamente, porém sem direito a voto.

COMITE DE PRODUTOS DE FUNDOS ESPECIAIS

Tem por finalidade analisar o movimento da indústria de fundos e a viabilidade dos produtos, com base nos resultados de pesquisas mercadológicas, propor a adequação do portfólio de fundos especiais e estruturados. As reuniões ordinárias ocorrem mensalmente. O Comitê é composto por seis membros titulares, a saber:

- _ Superintendente Nacional da SUFES;
- _ Gerente Nacional da GEDEF;
- _ Gerente Nacional da GEAFE;
- _ Gerente Nacional da GERAT;
- _ Gerente Nacional da GEICO;

COMITE DE GESTÃO DE FUNDOS ESPECIAIS

Tem por finalidade aprovar políticas e estratégias de alocação de ativos dos fundos especiais e estruturados. As reuniões ordinárias ocorrem mensalmente. O Comitê é composto por cinco membros titulares, a saber:

- _ Vice Presidente da VIART;
- _ Diretor Executivo da DETER;
- _ Superintendente Nacional da SUFES;
- _ Gerente Nacional da GEDEF;
- _ Gerente Nacional da GEAFE;

COMITE DE RISCOS

Tem por finalidade analisar, acompanhar, propor limites e procedimentos para riscos de crédito, liquidez e mercado de fundos, nos fundos de investimento e carteiras administradas. As reuniões ordinárias ocorrem bimestralmente. O Comitê é composto por sete membros titulares, a saber:

- _ Diretor Executivo da VIART;
- _ Gerente Nacional da GERAT;
- _ Gerente Nacional da GEFIX;
- _ Gerente Nacional da GEVAR;
- _ Gerente Nacional da GEICO;
- _ Gerente Executivo da GERAT, responsável pelo Risco;
- _ Um Consultor de Dirigente da VIART.

2.14 Se o grupo econômico da empresa presta serviços de administração, controladoria e custódia descreva a estrutura e o relacionamento com a empresa de gestão (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)

Os serviços de administração e gestão dos recursos de terceiros são prestados pela própria VIART – Vice Presidência de Administração e Gestão de Ativos de Terceiros. Dentro da VIART as atividades de administração são efetuadas pela SUPOT – Superintendência Nacional de Desenvolvimento de Produtos para Ativos de Terceiros e, no caso de fundos especiais, pela SUFES – Superintendência Nacional de Fundos de Investimentos Especiais. As atividades de gestão são realizadas pela SUGET – Superintendência Nacional de Gestão de Ativos de Terceiros e, no caso de fundos especiais, pela SUFES – Superintendência Nacional de Fundos de Investimentos Especiais. Já os serviços de custódia e controladoria são prestados através de outra vice-presidência, a VIOPE - Vice Presidência de Operações Corporativas por intermédio da SUBAN – Superintendência Nacional de Processos Bancários:

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

SUPOT – SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS ATIVOS DE TERCEIROS

- Produtos para ativos de terceiros.
- Prestação de serviços de administração fiduciária.

SUFES – SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL FUNDOS DE INVESTIMENTOS ESPECIAIS

- Desenvolvimento e gestão de carteiras e de fundos de investimentos especiais e estruturados.

SUGET – SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL GESTÃO ATIVOS DE TERCEIROS

- Estratégias para composição de fundos de investimentos e carteiras administradas.
- Gestão de ativos de terceiros.

CUSTÓDIA E CONTROLADORIA

SUBAN – SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL PROCESSOS BANCÁRIOS

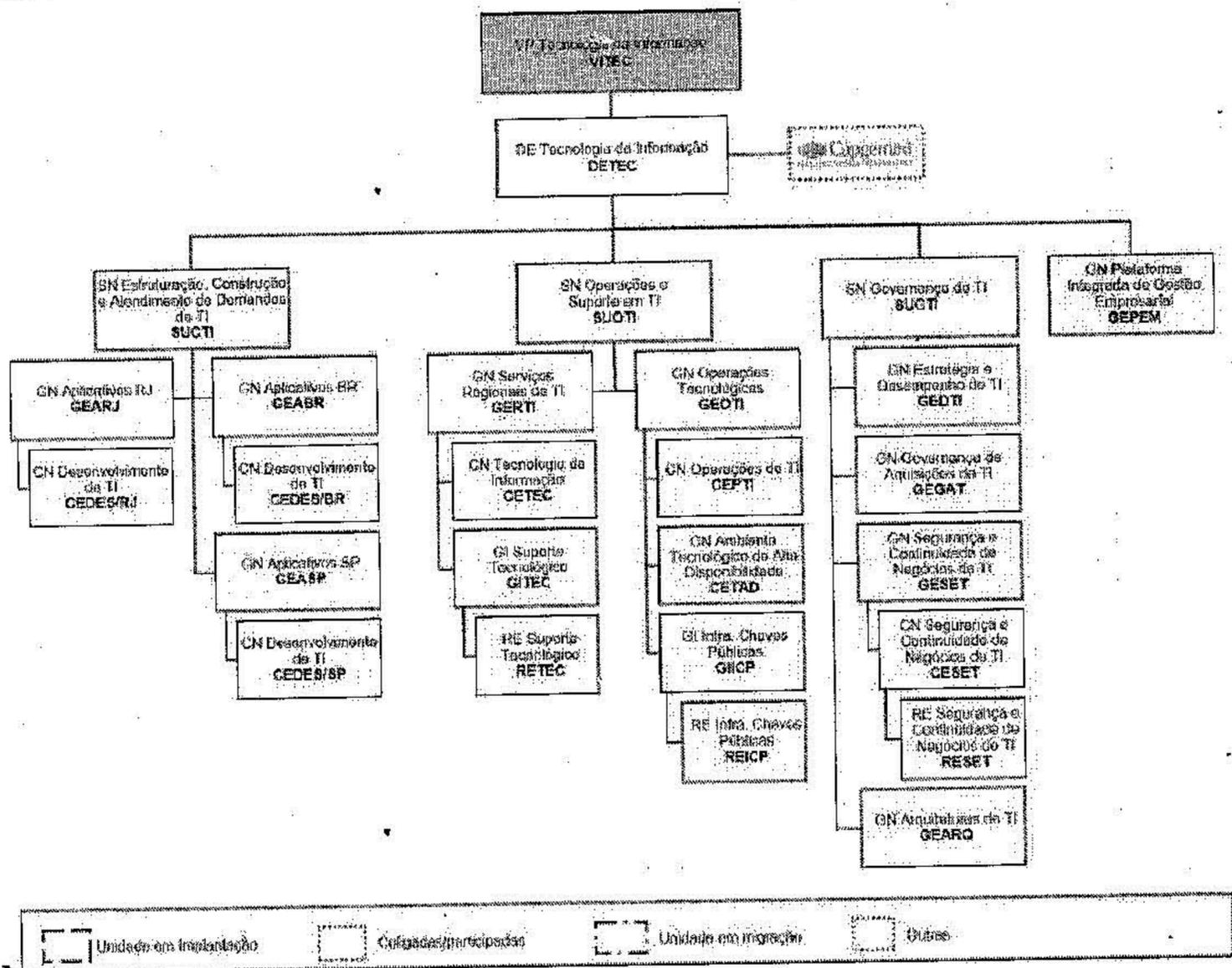
- Soluções que garantam o processamento bancário adequado às necessidades da CAIXA.

GELIT – GERÊNCIA NACIONAL LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA

- Liquidação de operações financeiras.
- Back-office de câmbio.
- Custódia de títulos.
- Serviços de controladoria de ativos e passivos.
- Serviços de custódia qualificada.

2.15 A instituição possui área de tecnologia da informação própria? Caso afirmativo, detalhar as atividades atuais, organograma e a qualificação dos profissionais.

Sim, através da VITEC – Vice Presidência de Tecnologia da Informação.



DETEC – DIRETORIA EXECUTIVA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- Construção.
- Manutenção.
- Disponibilidade de solução de TIC's.

GEPEM – GERÊNCIA NACIONAL PLATAFORMA INTEGRADA DE GESTÃO EMPRESARIAL

- Solução ERP.

TI.

- Participação na definição de custos, orçamento e capacidade operacional da TI.
- Gestão de demandas de TI em relação às soluções e projetos voltados para Canais de Atendimento, Automação Bancária, Serviços Comerciais, Mercado Financeiro e Segmento Judiciário.

CEDES/SP – CENTRALIZADORA NACIONAL DESENVOLVIMENTO DE TI – SÃO PAULO

- Desenvolvimento de soluções no âmbito da GEASP.

SUOTI – SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL OPERAÇÕES E SUPORTE EM TI

- Operacionalização da infraestrutura de TIC.
- Processamento, disponibilização e armazenamento das soluções de TI e seus dados.
- Prospecção e homologação de *hardware* e *software*.

GERTI – GERÊNCIA NACIONAL SERVIÇOS REGIONAIS DE TI

- Processos e rotinas de TIC no ambiente descentralizado.
- Suporte, infraestrutura tecnológica e disponibilidade de canais.
- Acordo de Nível de serviço de TI no ambiente descentralizado.

CETEC – CENTRALIZADORA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- Suporte para o ambiente descentralizado.
- Inventário de recursos no ambiente descentralizado.
- Desenvolvimento e produção de soluções no ambiente descentralizado.
- Gestão de incidentes e mudanças no ambiente descentralizado.
- Serviço de apoio a usuários internos e parceiros CAIXA para suporte especializado em Tecnologia da Informação e Telecomunicações.

GITEC – GERÊNCIA DE FILIAL DE SUPORTE TECNOLÓGICO

- Gestão de incidentes, desenvolvimento de soluções e serviços tecnológicos de *software*, *hardware* e comunicação no ambiente descentralizado e externo.
- Suporte tecnológico para canais e unidades da CAIXA.

RETEC – REPRESENTAÇÃO DE FILIAL DE SUPORTE TECNOLÓGICO

GEOTI – GERÊNCIA NACIONAL OPERAÇÕES TECNOLÓGICAS

- Processamento, disponibilização de informações e armazenamento das soluções de TI nos ambientes centralizado, de alta disponibilidade e de certificação digital.
- Gestão dos processos de serviços de TI.

- Acordo de Nível de serviço no ambiente centralizado.
- Telecomunicações na CAIXA.
- Plano de contingência operacional dos sistemas do ambiente centralizado de TI e alta disponibilidade.

CEPTI – CENTRALIZADORA NACIONAL OPERAÇÕES DE TI (SP/RJ/BR)

- Processamento e disponibilização das soluções de TI.
- Ambiente de homologação (HMP).
- Segurança física e lógica da informação.
- Acordos de Níveis de Serviços tecnológicos (ANS).
- Telecomunicações no ambiente centralizado.
- Plano de contingência operacional dos sistemas do ambiente centralizado de TI e alta disponibilidade de TI.

CETAD – CENTRALIZADORA NACIONAL AMBIENTE TECNOLÓGICO DE ALTA DISPONIBILIDADE

- Processamento, disponibilização das soluções de TI com alto nível de disponibilidade.
- Armazenamento das soluções de TI.
- Telecomunicações no ambiente de alta disponibilidade de TI.

GIICP – GERÊNCIA DE FILIAL INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS

- Disponibilização e armazenamento das soluções de TI no ambiente de Certificação Digital.

REICP – REPRESENTAÇÃO DE FILIAL INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS

SUGTI – SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL GOVERNANÇA DE TI

- Governança da TI.
- Estratégia de TI.
- Segurança de TI e Continuidade de Negócios.
- Orçamento de TI.
- Provimento de ativos de TI.
- Gestão operacional da Participação estratégica de TI – CPMBraxis Capgemini.
- Arquiteturas de TI.

GEDTI – GERÊNCIA NACIONAL ESTRATÉGIA E DESEMPENHO DE TI

- Processo de padronização da gestão de demandas de TI.
- Estratégia, comunicação e desempenho de TI.
- Portfólio de projetos de TI.

- Gestão das ações relativas a Melhoria de Processos nas unidades vinculadas a VITEC.

GEGAT – GERÊNCIA NACIONAL DE GOVERNANÇA DE AQUISIÇÕES DE TI

- Planejamento financeiro e orçamentário da TI.
- Apuração de custos de TI.
- Provimento de ativos de TI.

GESET – GERÊNCIA NACIONAL SEGURANÇA E CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS DE TI

- Segurança tecnológica.
- Arquitetura de segurança tecnológica.
- Controle de acesso lógico à sistemas.
- Programa de Continuidade em TI .
- Riscos de TI.
- Prospecção, homologação e aquisição de soluções de segurança tecnológica.
- Segurança da informação e comunicações sob a perspectiva de TI .

CESET – CENTRALIZADORA NACIONAL SEGURANÇA E CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS DE TI

- Monitoramento e tratamento dos eventos de segurança tecnológica e da informação.
- Suporte especializado e operação de ferramentas de segurança tecnológica.
- Forense digital.
- Gestão da matriz de acessos.
- Gestão de vulnerabilidades de infraestrutura e de aplicações.
- Avaliação de *software* e de códigos maliciosos.
- Laboratório de testes de segurança tecnológica e da informação.

RESET – REPRESENTAÇÃO SEGURANÇA E CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS DE TI

GEARQ – GERÊNCIA NACIONAL ARQUITETURAS DE TI

- Prospecção e homologação de hardwares, softwares e soluções de mercado.
- Arquiteturas das soluções de TI (Tecnológica, de Dados e Informação, de Aplicativos) .
- Dimensionamento da Capacidade de TI para novas demandas de negócio.
- Gerenciamento da Configuração de TI .
- Governança de Dados.
- Gerenciamento de Ativos de TI.

Metodologias, padrões, métricas e ferramentas para desenvolvimento de aplicativos.

3 - Números da Empresa			
3.1 – Preencha a Tabela abaixo com os valores correspondentes aos números da Empresa.			
Ano	Patrimônio sob gestão (posição de final de período)	Número de pessoas que trabalham na empresa	Número de portfólios sob gestão
2013	310.494.056.264,64	191	309
2014	336.529.501.543,84	210	343
2015	358.719.154.424,09	219	337
2016	401.543.548.369,77	215	345
2017	427.545.960.661,15	188	318
3.2	Tipologia dos portfólios sob gestão (* sem dupla contagem)		
		Nº	% Carteira
• Fundos: Domicílio local		298	73,39%
Domicílio em outro país		0	
• Clubes		0	
• Carteiras Domicílio local		20	26,61%
• Res. Nº 2.689		0	
3.3	Como os ativos sob gestão estão divididos conforme as seguintes categorias de fundos de investimento?		
Tipo	Nº	Exclusivos	% total
• Curto Prazo	0	0	0
• Referenciado	0	0	0
• Cambial	2	1	0,02
• Renda Fixa	197	93	57,97
• Multimercado	47	17	2,91
• Dívida Externa	0	0	0
• Ações	26	1	2,03
• FIDC	5	4	0,61
• FIP	10	10	8,77
• FIEE	0	0	0
• FII	9	7	1,06
• Fundo de Índice (ETF)	2	0	0,02
• Outras categorias	20	20	26,61
3.4	Com quantos distribuidores e/ou alocadores a Empresa tem acordos ou contratos de distribuição?		
	nº 01		
3.5	Considerando o volume total de ativos sob gestão, qual o percentual detido pelos cinco maiores distribuidores ou alocadores?		
	N/A		

a relação risco x retorno.

Revista Investidor Institucional – Top Asset – Mar./2014 – Presente no Ranking Top Asset em 18 categorias do ranking

Exame - Onde Investir em 2015 - Os Melhores Gestores – Nov./2014 - 2º Melhor Gestor de Fundos de Renda Fixa

Revista Investidor Institucional – Top Asset – Mar./2015 – Presente no Ranking Top Asset em 20 categorias

Fundo FI CAIXA Brasil IDKA IPCA 2A RF LP destinado aos RPPS foi-eleito pelo jornal Valor Econômico em matéria de 21/01/2015 como o **melhor fundo de renda fixa em 2015**.

Exame - Onde Investir em 2016 - Os Melhores Gestores – Dez./2015 - 2º Melhor Gestor de Fundos de Renda Fixa

Revista Investidor Institucional - Os Melhores Fundos para Institucionais – Abr./2016– A CAIXA conquistou o topo do ranking com oito fundos classificados como excelentes.

Premiada pelo Guia EXAME –Investimentos Pessoais – por 13 anos consecutivos (2004 – 2016) também, foi eleita **uma das maiores gestoras de fundos de investimento do mercado pelo ranking Top Asset – AGO 17**, realizado pela revista Investidor Institucional. Conquistou a posição de maior gestora em duas categorias:

- Maior Gestor de FIPs;
- Maior Gestor de RPPS;

Prêmio MBI Melhor Banco para Investir – Melhor Gestor de Renda Fixa e Melhor Gestor de Ações – Fev./2018

7 - Informações Operacionais

7.1 - Análise Econômica e Pesquisa

7.1.1 | Descreva a estrutura de análise econômica e de pesquisa da empresa (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)

A equipe é composta por oito profissionais, sendo um gerente executivo, um coordenador, três técnicos de análise econômica e três técnicos responsáveis pela análise setorial.

7.1.2 | Principais mudanças na equipe de pesquisa nos últimos cinco anos

A equipe de pesquisa foi formada em julho/2008 e desde então teve a adição de dois técnicos de análise e pesquisa. Em Agosto de 2012 houve a alteração do Gerente Executivo da área.

7.1.3 | Utiliza *research* próprio ou de terceiros? Em que proporções?

No que se refere à análise econômica, cerca de 80% do material é produzido internamente. Nesse percentual está incluso a cobertura da Economia Brasileira, Americana e Zona do Euro e China. Os 20% restantes referem-se a *research* de terceiros relacionados à economia internacional.

Do ponto de vista da análise setorial, cerca de 30% do material são produzidos internamente, com destaque para a cobertura do setor de construção civil, consumo, logística e concessões.

O complemento toma como base material externo referente aos demais setores

7.1.4 | Caso utilize *research* próprio, quais ferramentas de análise são utilizadas no processo decisório? Esta equipe trabalha exclusivamente para o *buy side* ou também produz relatórios e informações para outros (*sell side*)?

No que se refere à pesquisa econômica, o processo decisório inclui a análise de séries históricas, modelos econômicos e projeções destes derivados. Em relação à pesquisa setorial, utiliza-se como base o *valuation* das empresas para as quais temos cobertura, acompanhamento de notícias, o contato direto com o RI das empresas e a análise de mercado.

A equipe trabalha somente para o <i>buy side</i>	
7.1.5	Que serviços ou sistemas são contratados para apoio na análise?
São contratadas consultorias setoriais e econômicas, além de serviços de informação <i>online</i> , bancos de dados de indicadores econômico-financeiros, software econométrico e ferramentas de análise técnica	
7.2 – Gestão de Recursos	
7.2.1	Descreva a estrutura de gestão de recursos da empresa (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)
A VIART possui uma Superintendência (SUGET) onde é realizada a Gestão de Fundos de Investimentos no âmbito da Instrução CVM nº 555, e está dividida em 02 Gerências Nacionais dedicadas à Gestão de Fundos de Renda Fixa (GEFIX) e de Renda Variável (GEVAR). Em relação aos Fundos Estruturados, a SUFES possui a Gerências GEAFE destinadas à Gestão de seus FIDCs, FIPs e FII.s. (Conforme organograma do item 2.4).	
7.2.2	Principais mudanças na equipe de gestão nos últimos cinco anos.
As principais mudanças na equipe de gestão da SUGET foram: - Em novembro/2014 foi designado como Gerente Nacional da GEVAR, o Sr. Camilo de Léllis Cavalcanti Júnior, que desde 2005 atua na SUGET; - Em novembro/2015 foi designado como Superintendente Nacional da SUGET, o Sr. Sergio Henrique Oliveira Bini, que desde 2008 atua na VIART; - Em dezembro/2017 foi designado como Gerente Nacional da GEFIX, o Sr. Fabiano Penna Zimmermann, lotado na gerência citada desde o ano de 2008.	
7.2.3	Que serviços ou sistemas são contratados para apoio na gestão?
- Bloomberg (provedor de informações); - Broadcast (provedor de informações); - Economática (Banco de Dados/Ferramenta de análise pair trading); - Quantum (informações/serviços de análises econômicos financeiras relacionadas a fundos de investimento e empresas.)	
7.2.4	Qual o processo de seleção e acompanhamento das corretoras?
O processo de seleção é dividido em dois grupos: para corretoras que atuam nos Mercados BOVESPA e para corretoras/distribuidoras que atuam nos Mercados BM&F. A cada quadrimestre civil são selecionadas doze instituições para realizar operações nos Mercados BOVESPA e oito instituições realizar operações nos Mercados BM&F. As etapas do processo de seleção são as mesmas para ambos os grupos, e destinadas respectivamente a verificação das informações cadastrais, análise qualitativa do departamento técnico e de pesquisa das corretoras/distribuidoras, apuração do volume financeiro nas bolsas onde operam e avaliação interna da qualidade operacional dos serviços prestados no quadrimestre analisado. Observação: para participar da seleção para operações nos Mercados BM&F, é obrigatório que as corretoras/distribuidoras possuam no mínimo o selo Execution Broker, dos cinco selos auferidos pelo Programa de Qualificação Operacional da BM&FBOVESPA. Operações em Mercado de Balcão Estão habilitadas a realizar operações via Mercado de Balcão exclusivamente instituições intermediadoras que sejam membros da ANBIMA e corretoras/distribuidoras que possuam no mínimo o selo Execution Broker, dos cinco selos auferidos pelo Programa de Qualificação Operacional da BMF&BOVESPA	

7.2.5	Liste as corretoras aprovadas.																										
<table border="1"> <thead> <tr> <th data-bbox="472 617 1486 706">SELECIONADAS PARA MERCADOS BMF - OPERAÇÕES 1ºSEM 2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td data-bbox="472 706 1486 756">SANTANDER</td></tr> <tr><td data-bbox="472 756 1486 807">BRADESCO</td></tr> <tr><td data-bbox="472 807 1486 857">BTG PACTUAL CTVM S/A</td></tr> <tr><td data-bbox="472 857 1486 908">UBS BRASIL CCTVM S.A.</td></tr> <tr><td data-bbox="472 908 1486 958">SAFRA</td></tr> <tr><td data-bbox="472 958 1486 1009">CREDIT SUISSE</td></tr> <tr><td data-bbox="472 1009 1486 1059">BGC LIQUIDEZ DTVM</td></tr> <tr><td data-bbox="472 1059 1486 1110">XP INVESTIMENTOS</td></tr> <tr><td data-bbox="472 1110 1486 1160">TULLETT PREBON</td></tr> <tr><td data-bbox="472 1160 1486 1210">CAPITAL MARKETS</td></tr> <tr><td data-bbox="472 1210 1486 1261">RENASCENÇA</td></tr> <tr><td data-bbox="472 1261 1486 1311">GUIDE</td></tr> <tr> <th data-bbox="472 1311 1486 1400">SELECIONADAS MERCADO BOVESPA - OPERAÇÕES 1ºSEM2018</th> </tr> <tr><td data-bbox="472 1400 1486 1451">CREDIT SUISSE</td></tr> <tr><td data-bbox="472 1451 1486 1501">BRADESCO</td></tr> <tr><td data-bbox="472 1501 1486 1552">SANTANDER</td></tr> <tr><td data-bbox="472 1552 1486 1602">UBS BRASIL CCTVM S.A.</td></tr> <tr><td data-bbox="472 1602 1486 1653">SAFRA</td></tr> <tr><td data-bbox="472 1653 1486 1703">BTG PACTUAL CTVM S/A</td></tr> <tr><td data-bbox="472 1703 1486 1754">XP INVESTIMENTOS</td></tr> <tr><td data-bbox="472 1754 1486 1804">RENASCENÇA</td></tr> <tr><td data-bbox="472 1804 1486 1855">BGC LIQUIDEZ DTVM</td></tr> <tr><td data-bbox="472 1855 1486 1905">CONCÓRDIA</td></tr> <tr><td data-bbox="472 1905 1486 1955">COINVALORES</td></tr> <tr><td data-bbox="472 1955 1486 2006">TULLETT PREBON</td></tr> </tbody> </table>		SELECIONADAS PARA MERCADOS BMF - OPERAÇÕES 1ºSEM 2018	SANTANDER	BRADESCO	BTG PACTUAL CTVM S/A	UBS BRASIL CCTVM S.A.	SAFRA	CREDIT SUISSE	BGC LIQUIDEZ DTVM	XP INVESTIMENTOS	TULLETT PREBON	CAPITAL MARKETS	RENASCENÇA	GUIDE	SELECIONADAS MERCADO BOVESPA - OPERAÇÕES 1ºSEM2018	CREDIT SUISSE	BRADESCO	SANTANDER	UBS BRASIL CCTVM S.A.	SAFRA	BTG PACTUAL CTVM S/A	XP INVESTIMENTOS	RENASCENÇA	BGC LIQUIDEZ DTVM	CONCÓRDIA	COINVALORES	TULLETT PREBON
SELECIONADAS PARA MERCADOS BMF - OPERAÇÕES 1ºSEM 2018																											
SANTANDER																											
BRADESCO																											
BTG PACTUAL CTVM S/A																											
UBS BRASIL CCTVM S.A.																											
SAFRA																											
CREDIT SUISSE																											
BGC LIQUIDEZ DTVM																											
XP INVESTIMENTOS																											
TULLETT PREBON																											
CAPITAL MARKETS																											
RENASCENÇA																											
GUIDE																											
SELECIONADAS MERCADO BOVESPA - OPERAÇÕES 1ºSEM2018																											
CREDIT SUISSE																											
BRADESCO																											
SANTANDER																											
UBS BRASIL CCTVM S.A.																											
SAFRA																											
BTG PACTUAL CTVM S/A																											
XP INVESTIMENTOS																											
RENASCENÇA																											
BGC LIQUIDEZ DTVM																											
CONCÓRDIA																											
COINVALORES																											
TULLETT PREBON																											
7.2.6	Que critérios orientam a divisão de ordens entre as corretoras selecionadas? Comente concentração, rodízio e o uso de <i>discount brokers</i> e <i>research brokers</i> .																										
<p>A distribuição do volume operado nos Mercados BM&F é:</p> <ul style="list-style-type: none"> _ Para as duas primeiras classificadas, são destinados 30% do volume total transacionado no período, respeitando-se a proporção individual de 15%; _ Para as quatro intermediárias, são destinados 50% do volume total transacionado, respeitando-se a proporção individual de 12,5%; _ Para as duas instituições restantes, são destinados 20% do volume total transacionado, respeitando-se a proporção individual de 10%. 																											

A distribuição do volume operado nos Mercados BOVESPA é:

- _ Para as quatro primeiras classificadas, são destinados 40% do volume total transacionado no período, respeitando-se a proporção individual de 10%;
- _ Para as quatro intermediárias; são destinados 33% do volume total transacionado, respeitando-se a proporção individual de 8,25%;
- _ Para as quatro instituições restantes, são destinados 27% do volume total transacionado, respeitando-se a proporção individual de 6,75%.

Observação: As operações realizadas nos Mercados BM&F, em função das características diferenciadas em cada tipo de contrato negociado, têm a sua apuração pela corretagem paga.

Em relação ao rodízio de instituições intermediadoras, no encerramento de cada quadrimestre civil, ocorre a reavaliação das corretoras/distribuidoras:

Operações nos Mercados BOVESPA

No encerramento de cada quadrimestre, as corretoras que operaram no quadrimestre anterior são reavaliadas, dentre as quais, as duas primeiras permanecem classificadas e as três últimas são excluídas para o quadrimestre seguinte.

Às sete corretoras remanescentes, classificadas como intermediárias (do terceiro ao nono lugares), é adicionado o grupo de corretoras que não operaram no quadrimestre anterior, formando um novo grupo a ser avaliado. São classificadas as dez corretoras melhor avaliadas. Assim, é composto novo grupo de doze corretoras para operar no quadrimestre civil seguinte.

Operações nos Mercados BM&F

No encerramento de cada quadrimestre, as corretoras/distribuidoras que operaram no quadrimestre anterior são reavaliadas, dentre as quais, as duas primeiras permanecem classificadas e as duas últimas são excluídas para o quadrimestre seguinte.

Às quatro corretoras/distribuidoras remanescentes (do terceiro ao sexto lugares), é adicionado o grupo de corretoras/distribuidoras que não operaram no quadrimestre anterior, formando um novo grupo a ser avaliado. São classificadas as seis corretoras/distribuidoras melhor avaliadas. Assim, é composto novo grupo de oito corretoras para operar no quadrimestre civil seguinte

7.2.7	Qual é a política de gestão de caixa da empresa? Há uso de operações compromissadas com títulos públicos, outros fundos de investimento, CDBs de um dia? Descreva-a.
-------	--

A política de gestão de caixa privilegia o uso de operações compromissadas de um dia lastreadas em títulos públicos federais.

7.2.8	Como a gestão controla o prazo médio dos títulos para fundos de longo prazo, para fins de sua classificação tributária?
-------	---

O prazo médio para fins de enquadramento e classificação tributária é controlado diariamente em sistema proprietário ou através de sites de bancos custodiantes. As operações para fins de ajuste de prazo médio são feitas sempre que necessário

7.2.9	De que forma o desempenho dos gestores e dos fundos é avaliado?
-------	---

No caso dos fundos de rede, a gestão é avaliada através de comparativo dos fundos da CAIXA com fundos semelhantes nas maiores instituições

7.2.10	A quem os gestores prestam conta da performance dos fundos?
--------	---

Os gestores prestam conta mensalmente ao Vice Presidente da área, além da prestação de conta com os clientes de fundos exclusivos conforme demanda.	
7.3 – Risco	
7.3.1 – Estrutura	
7.3.1.1	Descreva a estrutura de gerenciamento de riscos da empresa (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)
A Gerência Nacional de Risco de Ativos de Terceiros está vinculada diretamente à Diretoria Executiva de Gestão de Ativos de Terceiros e conta com 01 Gerente Executivo, 01 Coordenador de Matriz e 05 Técnicos para realizar o Gerenciamento e Monitoramento dos Riscos de Mercado, Crédito e Liquidez dos Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas sob Administração/Gestão da VIART	
7.3.1.2	Quem é o responsável pela área e a quem se reporta?
O responsável pela Gerência Nacional de Risco de Ativos de Terceiros é o Gerente Nacional, Sr. Alessandro Toledo Cruzolini. O referido profissional reporta-se diretamente ao Vice-Presidente	
7.3.1.3	Principais mudanças na equipe de risco nos últimos cinco anos.
Não houve mudanças na equipe de Riscos nos últimos cinco anos.	
7.3.1.4	Que serviços/sistemas são utilizados para apoio no controle de risco? São desenvolvidos internamente ou contratados junto a terceiros? Quem os fornece? Como foram escolhidos? Citar, especificamente, por tipo de risco (crédito, contraparte, preço, liquidez e operacional).
O sistema utilizado para o gerenciamento do Risco de Mercado é o MAPS Solutions. Com relação ao gerenciamento dos riscos de liquidez e crédito, o monitoramento é realizado por aplicativo desenvolvido internamente com base em banco de dados SQL.	
7.3.1.5	Quais são os relatórios de riscos, com que frequência são gerados, o que contêm e quem recebe e analisa estes relatórios?
Diariamente são elaborados relatórios de Risco de Mercado, Crédito e Liquidez com informações de nível de exposição aos riscos, comprometimento de limites de exposição que são enviados aos gestores, ao Vice-Presidente e à Área de Conformidade da Vice-Presidência	
7.3.2 - Risco de Crédito	
7.3.2.1	Descreva a metodologia de gestão do risco de crédito das carteiras.
A alocação em ativos privados segue as diretrizes e os limites de exposição estabelecidos em normativo interno, com base em notas de Rating atribuídas pela área de risco de crédito da CAIXA	
7.3.2.2	Como cada nova operação de crédito é analisada e aprovada?
A área de risco de crédito da CAIXA realiza a análise de risco de crédito sob demanda e atribui nota de risco à operação ou emissor, o gestor verifica o enquadramento da operação nos limites estabelecidos. Casos não previstos na Política de Riscos da VIART são levados ao Comitê de Riscos e/ou Comitê de Planejamento e Gestão	
7.3.2.3	A empresa, independentemente do critério de precificação, possui algum procedimento ou estratégia no caso da iminência ou ocorrência de eventos de inadimplência?
A área de Risco da VIART possui autonomia para suspender limites de alocação em ativos privados quando identificado aumento potencial do seu risco de crédito	
7.3.3 - Risco de Contraparte	
7.3.3.1	Descreva a metodologia de gerenciamento do risco de contraparte.
São estabelecidos limites de concentração por emissor e no caso de operações de derivativos sem garantia é verificado o enquadramento da contraparte nos limites de exposição	
7.3.3.2	Como são selecionadas as contrapartes e aprovados seus limites?
Os limites de exposição são aprovados pelo Comitê de Planejamento e Gestão da VIART e pelo Conselho de Gestão de Ativos de Terceiros	

pela realização de testes periódicos de conferência e controle.

Além disso, o corpo gerencial e equipe técnica responsáveis como 1ª Linha de Defesa, atuam de modo a identificar, evitar e/ou minimizar as ocorrências por meio de processos de avaliação, recomendação, monitoramento e reporte do risco operacional. Sendo a Vice-Presidência de Risco responsável pela gestão de risco operacional das unidades CAIXA, bem como 2ª linha de defesa.

7.3.6.2 | Descreva os procedimentos de confirmação de ordens executadas e de checagem das posições das carteiras e custódia.

A confirmação das ordens executadas é feita através da carteira e demonstrativo de caixa, fornecidos diariamente pelo custodiante (serviço prestado por terceiros).
O controle das carteiras e da custódia do fundo é feita através de planilha de acompanhamento onde são feitos os batimentos das ordens executadas, da precificação dos ativos do fundo, da composição da carteira, dos limites de enquadramento e das provisões das taxas e despesas (CVM, SELIC, taxa de administração, etc.).
Todo o acompanhamento feito em planilha baseia-se no Regulamento do Fundo e nas normas vigentes

7.3.6.3 | Descreva os principais pilares dos planos de contingência, continuidade de negócios e recuperação de desastres adotados pela sua empresa.

- 1) A CAIXA criou em 2004 o Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA, para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços prestados aos clientes, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios.
- 2) O PCN CAIXA é um processo contínuo e evolutivo composto basicamente por quatro etapas:
 - a) Conhecer a organização;
 - b) Definir as estratégias de continuidade dos negócios;
 - c) Desenvolver e programar ações de respostas tempestivas às interrupções;
 - d) Realizar testes e manutenção dos planos.
- 3) De uma maneira simples, o PCN CAIXA envolve o planejamento, a prevenção, a resposta e a recuperação do ambiente produtivo frente a incidentes que podem atingir negativamente seus ativos tangíveis e/ou intangíveis.
- 4) Desde que o PCN CAIXA foi instituído, observa-se grande evolução na maturidade da CAIXA neste domínio, tornando a GCN um complemento da estrutura de gestão de riscos corporativos, no intuito de entender as ameaças e vulnerabilidades das operações de negócio e as consequências geradas por uma interrupção significativa.
- 5) Hoje o PCN CAIXA se destaca tanto no quesito governança, nas questões operacionais e no desenvolvimento de cultura corporativa, fatos estes que tornam a CAIXA referência nacional na GCN.
- 6) A CAIXA conta com uma moderna Política de Continuidade dos Negócios, totalmente aderente às melhores práticas de mercado, as normas BS 25999 e NBR 15999, e às regulamentações vigentes no Brasil. Nesse sentido, importante destacar que a CAIXA adota os modelos dos

<p>possui uma área de risco que tem como principal atividade o controle, monitoramento e gerenciamento dos riscos dos fundos de investimento sob sua administração. Os parâmetros para cálculo do risco de mercado bem como os procedimentos a serem adotados no processo de gerenciamento de risco são submetidos para aprovação a um comitê interno constituído por: Vice-Presidente de Gestão de Ativos de Terceiros, Superintendente de Produto, Superintendente da Gestão e Gerente de Risco. A política de risco é compreendida pelos princípios gerais, e diretrizes específicas de ações relativas ao risco. Também determina os processos operacionais mais importantes, limites, objetivos de performance baseados no risco e os procedimentos para o gerenciamento de risco</p>	
8.13	<p>Descreva como são tratados os conflitos de interesse resultantes da participação ou atuação dos sócios ou executivos em outros negócios, bem como de sua eventual participação em Conselhos Fiscais e de Administração.</p>
<p>Qualquer situação gerada pelo confronto entre interesses da CAIXA e interesse pessoal, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar o desempenho da função pública, são pautados no Código de Conduta dos empregados e dirigentes da CAIXA, ao qual todos estão submetidos, e sua eventual violação ocasionará a abertura de procedimento de apuração de responsabilidade civil e disciplinar. A participação em Conselhos Fiscais e de Administração também está pautada no Código de Conduta e ocorrerá somente mediante indicação aprovada por órgãos deliberativos da CAIXA, na representação dos interesses dos fundos de investimento, administrados ou geridos pela CAIXA, nos termos da Lei.</p>	
8.14	<p>Descreva as regras para o tratamento de <i>soft dollar</i> tais como recebimento de presentes, cursos, viagens etc.</p>
<p>É vedado, no Código de Conduta, aos empregados e dirigentes, em razão de suas atribuições, aceitar favores, comissões, gratificações, vantagens financeiras ou materiais, doações, brindes ou presentes de qualquer natureza, para si ou para outras pessoas, que possam influenciar decisões, facilitar negócios, beneficiar terceiros, ou causar prejuízo de imagem à Empresa.</p>	
8.15	<p>A empresa recebe comissões para alocação por investimentos em títulos e valores mobiliários distribuídos em balcão? Quais as regras? Favor tratar o assunto de rebates de taxas de administração e performance sobre fundos investidos pagos ao gestor de forma específica.</p>
<p>Não</p>	
8.16	<p>São realizados testes periódicos para verificação de conformidade com políticas internas? Com que frequência?</p>
<p>A Conformidade para verificação das políticas internas é efetuada de acordo com o produto/processo envolvido, podendo ser diária ou mensal, entre outros. São realizados testes periódicos pela área de Conformidade da VIART, relacionados às atividades/rotinas críticas executadas pelas áreas vinculadas à Vice-Presidência de Gestão e Administração de Ativos de Terceiros da CAIXA. A frequência de realização desses testes é bimestral.</p>	
<p>9 - Questões Jurídicas e Legais</p>	
9.1	<p>Descreva como são tratadas as questões jurídicas e legais da empresa (departamento jurídico próprio ou consultoria de terceiros)</p>
<p>As questões jurídicas e legais da empresa são tratadas por um departamento jurídico próprio</p>	
9.2	<p>A empresa ou algum de seus dirigentes já foram punidos pela CVM, pelo Banco Central ou pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro? Se positivo, informar o número do processo.</p>
<p>Não</p>	
9.3	<p>Existe algum processo contra a Empresa ou algum de seus dirigentes na CVM, no Banco Central ou no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro?</p>

Não		Marcar Anexos Abaixo
10 - Anexos		SIM
10.1	Resumo Profissional *	CONFIDENCIAL
10.2	Manual de Risco	SIM
10.3	Manuais de Marcação a Mercado	CONFIDENCIAL
10.4	Manual de Compliance	SIM
10.5	Código de Ética e Conduta	SIM
10.6	Manual de Política de Exercício de Direito de Voto (Proxy Voting)	SIM
10.7	Relatório de Rating	CONFIDENCIAL
10.8	Manual de Liquidez	CONFIDENCIAL
10.9	Política de Suitability	CONFIDENCIAL

2) Declaração

Declaramos que este questionário foi preenchido, revisado e assinado por pessoas devidamente autorizadas a fazê-lo, respondendo esta instituição pela sua exatidão, veracidade e integridade da informação de todo o conteúdo prestado neste documento e de seus anexos.

Comprometemo-nos a manter todas as informações deste questionário devidamente atualizadas semestralmente, enviando nova versão do questionário aos distribuidores e alocadores nos meses de janeiro e julho, com data-base dezembro e junho, com exceção das informações contidas no Item 3 – Eventos Importantes, as quais serão atualizadas e comunicadas imediatamente após a sua ocorrência.

Local: SÃO PAULO	Data: 09/02/2018
Nome:	
Cargo:	

Assinatura: _____

3) Eventos Importantes

1 - Qualquer alteração em alguma questão dessa seção deve ser informada imediatamente após sua efetivação, com a indicação da referida data.

1.1	Mudança societária que altere o controle acionário da empresa.
N/A	
1.2	Entrada e saída dos principais sócios. Nomeação do novo presidente da Caixa Econômica Federal Gilberto Occhi em 01/06/2016.
1.3	Alteração no quadro de profissionais responsáveis pelas atividades da empresa gestora, incluindo compliance e risco.
N/A	
2 - Alterações desde a última atualização	
2.1	Data da última atualização. 09/02/2018
2.2	Quais foram os fatos relevantes da empresa gestora desde a última atualização?
N/A	
2.3	Liste os itens alterados desde a última atualização do questionário. 1.6, 1.7, 2.13, 2.14, 3.1, 3.2, 3.3, 3.7, 3.8, 4.2, 7.2.2, 7.2.3, 7.2.5, 7.3.6.1 e 8.10.



MANUAL DE MARCAÇÃO A MERCADO

**Gerência Nacional de Controladoria de Ativos Passivos e
Custódia**

Data de Vigência: 30/09/2015

Versão 42

SUMÁRIO

1	PRINCÍPIOS GERAIS E O PROCESSO DE MARCAÇÃO A MERCADO	3
1.1	LEGISLAÇÃO VIGENTE.....	3
1.2	INTRODUÇÃO	3
1.3	PRINCÍPIOS GERAIS DA MAM	4
1.4	PROCESSO DE MARCAÇÃO A MERCADO	6
2	TÍTULOS PÚBLICOS	9
2.1	TÍTULO PÚBLICO PREFIXADO	9
2.2	TÍTULO PÚBLICO PÓS-FIXADO	10
3	TÍTULOS PRIVADOS.....	13
3.1	CDB	13
3.2	DPGE - DEPÓSITOS A PRAZO COM GARANTIA ESPECIAL DO FGC.....	14
3.3	LETRA FINANCEIRA	15
3.4	LETRA FINANCEIRA, INDEXADOS AO CDI E AOS ÍNDICES DE PREÇOS.....	15
3.5	DEBÊNTURE.....	16
3.6	NOTAS PROMISSÓRIAS	18
4	AÇÕES, DIREITOS, RECIBOS DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES E BDRS	19
4.1	AÇÕES	19
4.2	DIREITO DE SUBSCRIÇÃO.....	19
4.3	RECIBO DE SUBSCRIÇÃO	20
4.4	BRAZILIAN DEPOSITARY RECEIPT – BDR.....	20
4.5	EMPRÉSTIMO DE AÇÕES.....	21
4.6	TÍTULOS DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL BASEADOS EM ROYALTIES.....	21
4.7	AÇÕES NEGOCIADAS NO EXTERIOR	22
5	DERIVATIVOS.....	23
5.1	CONTRATOS FUTUROS E CONTRATOS A TERMO:	23
6	SWAP.....	24
6.1	SWAP COM GARANTIA.....	24
7	OPÇÕES.....	26
7.1	OPÇÕES DE AÇÕES.....	26
7.2	OPÇÕES DE DÓLAR	26
7.3	OPÇÕES ILÍQUIDAS	26
8	FII E FIDC	27
8.1	COTAS NEGOCIADAS REGULARMENTE:	27
8.2	COTAS SEM NEGÓCIOS REGULARES:.....	27
9	COMPROMISSADAS	28

1 PRINCÍPIOS GERAIS E O PROCESSO DE MARCAÇÃO A MERCADO

1.1 Legislação Vigente

- Instrução CVM Nº 438 de 12 de julho de 2006 e alterações.
- Resolução 4, de 30 de janeiro de 2002, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC e alterações.
- Instrução CVM Nº 555, de 17 de dezembro de 2014, e alterações.
- Código de Auto Regulação ANBIMA para Fundos de Investimento.

1.2 Introdução

A Marcação a Mercado – MaM consiste em registrar todos os ativos, para efeitos de valorização e cálculo das cotas dos fundos de investimento, pelos preços negociados no mercado em casos de ativos líquidos ou, quando este preço não é observável, por uma estimativa adequada de preço que o ativo teria em um eventual negociação feita no mercado.

A MaM tem como principal objetivo evitar a transferência de riqueza entre os cotistas dos fundos de investimento, além de dar maior transparência aos riscos embutidos nas posições, uma vez que as oscilações de mercado dos preços dos ativos, ou dos fatores determinantes destes, estarão refletidas nas cotas, melhorando assim a comparabilidade entre suas performances.

1.3 Princípios Gerais da MaM

1.3.1 Melhores Práticas

O processo e a metodologia de MaM devem seguir as melhores práticas de mercado.

1.3.2 Abrangência

Tendo em vista que o principal objetivo da marcação a mercado é evitar a transferência de riqueza entre os diversos cotistas de um fundo de investimento, as Diretrizes de Marcação a Mercado da ANBIMA (Deliberação nº 53 do Conselho de Auto Regulação da Indústria de Fundos) abrangem todos os fundos não exclusivos e não restritos, ou seja, aqueles em que a mencionada transferência de riqueza precisa, necessariamente, ser evitada.

Para fins dessas Diretrizes, considera-se fundo exclusivo aquele destinado exclusivamente a um investidor e fundo restrito aquele destinado a um grupo determinado de investidores, que tenham entre si vínculo familiar, societário ou pertençam a um mesmo grupo econômico, ou que, por escrito, determinem esta condição.

Caso um fundo de investimento perca sua característica de fundo exclusivo ou restrito, serão aplicáveis imediatamente todas as regras gerais aplicáveis aos demais fundos.

1.3.3 Comprometimento

O administrador do fundo deve estar comprometido em garantir que os preços reflitam preços de mercado, e na impossibilidade da observação desses, despender seus melhores esforços para estimar o que seriam os preços de mercado dos ativos pelos quais estes seriam efetivamente negociados.

1.3.4 Equidade

O critério preponderante do processo de escolha de metodologia, fontes de dados e/ou qualquer decisão de MaM deve ser o tratamento equitativo dos cotistas.

1.3.5 Frequência

A MaM deve ter como frequência mínima a periodicidade de cálculo das cotas.

1.3.6 Formalismo

A instituição administradora deve ter um processo formalizado de MaM. Para tal, a metodologia deve ser formalizada em manual e a instituição deve ter uma área ou pessoa

responsável pela qualidade do processo e metodologia, bem como pela guarda dos documentos que contenham as justificativas sobre decisões tomadas.

1.3.7 Objetividade

As informações de preços e/ou fatores a serem utilizados no processo de MaM devem ser preferencialmente obtidas de fontes externas independentes.

1.3.8 Consistência

Se o administrador é responsável pela precificação de todos os seus fundos, um mesmo ativo, não pode ter preços diferentes em nenhum dos fundos.

1.3.9 Transparência

Metodologias de marcação a mercado devem ser públicas. O manual completo deve ser registrado na ANBIMA e mantido sempre atualizado. Aos clientes deve-se, no mínimo, deixar disponível no site, uma versão simplificada que atenda aos padrões da ANBIMA.

1.4 Processo de Marcação a Mercado

1.4.1 Estrutura organizacional

A GECOC – Gerência Nacional de Controladoria de Ativos e Passivos e Custódia, vinculada diretamente à Superintendência Nacional de Produtos Bancários, é responsável pelo processo de MaM e utiliza sistema próprio para efetuar a precificação dos ativos integrantes das carteiras cuja custódia e controladoria é realizada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

A equipe de precificação é composta por um Coordenador e dois assistentes executivos.

1.4.2 Comitê

Os métodos primários e alternativos de precificação, bem como os procedimentos a serem adotados no processo de MaM são submetidos para aprovação a um comitê interno constituído pelos Superintendentes Nacionais de Processos Bancários e de Administração de Risco Corporativo e pelos Gerentes Nacionais de Risco de Mercado e de Controladoria de Ativos Passivos e Custódia, o qual tem suas reuniões ordinárias ocorrendo semestralmente.

As decisões tomadas são registradas nas atas das reuniões, as quais são elaboradas e arquivadas pela Gerência Nacional de Controladoria de Ativos e Passivos e Custódia, por período indeterminado, sendo 5 anos o menor prazo de arquivamento

1.4.3 Procedimentos de MaM

1.4.3.1 Metodologia

A metodologia de MaM é estabelecida com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, com independência na coleta de dados em relação às taxas praticadas nas mesas de operação.

O processo de formação de metodologia inclui as etapas de estudo, análise e definição.

O modelo, após ser estruturado, é submetido à decisão em comitê, conforme item 1.4.2 deste manual.

Este manual de marcação contempla os principais instrumentos financeiros negociados pelos fundos de investimento e carteiras. Previamente os gestores comunicam a GECOC – Gerência Nacional de Controladoria de Ativos e Passivos e Custódia, a intenção de aquisição de ativos não contemplados neste documento, para as providências necessárias.

As fontes de informações primárias utilizadas são:

Títulos Públicos Federais:

- Taxa indicativa da ANBIMA e projeções dos índices de preços também divulgados por essa associação; ou
- PU do ativo divulgado pela ANBIMA.

Ações, opções, termo de ações, contratos futuros e commodities (agrícolas):

- BM&F/Bovespa ou o mercado em que o ativo apresentar maior liquidez, caso não seja negociado na BM&F/Bovespa;
- Swaps: Mercado em que o ativo apresentar maior liquidez.

No caso de utilização de fontes secundárias na precificação, são mantidos registros, identificando fragilidade nos métodos primários e consistência e coerência no uso dos métodos alternativos.

1.4.3.2 Visão do processo de Marcação a Mercado

O processo de precificação e cálculo das cotas é realizado pela equipe da GECOC – Gerência Nacional de Controladoria de Ativos e Passivos e Custódia.

Os sites com fontes para MaM são monitorados a partir do fechamento dos mercados para coleta de dados.

Os dados de mercado são validados, importados pelos sistemas de precificação e revalidados, de forma que representem os mesmos valores.

As atividades de precificação e conferência são necessariamente realizadas por funcionários diferentes.

Finalizados os procedimentos de atualização de sistemas e conferência dos preços, os fundos e carteiras são liberados para cálculo de cotas.

1.4.3.3 Supervisão do cumprimento da metodologia

O acompanhamento dos preços de mercado das carteiras é efetuado periodicamente pela GECOC – Gerência Nacional de Controladoria de Ativos e Passivos e Custódia. Verifica-se se os procedimentos de MaM estão de acordo com a metodologia e procede-se à reavaliação dos parâmetros, quando identificada distorção nos preços em relação aos disponibilizados no mercado secundário pelo Banco Central, ou outra fonte de divulgação de dados do mercado secundário.

A atividade de supervisão é realizada pelo coordenador de precificação.

O método utilizado verifica os diversos aspectos inerentes ao cálculo/coleta dos preços de mercado: construção dos fluxos, fontes e curvas utilizadas.

A área de *compliance* da VITER – Vice Presidência de Ativos de Terceiros da Caixa – verifica periodicamente por amostragem o cálculo dos preços e das cotas.

1.4.4 Manual para Clientes

A VITER – Vice Presidência de Ativos de Terceiros da Caixa disponibiliza no site da instituição, www.caixa.gov.br, o manual de MaM para os clientes.

1.4.5 Aspectos metodológicos

Para os fundos que utilizam cota de abertura, seu valor do dia é calculado a partir do patrimônio líquido do dia anterior, devidamente atualizado por um dia. Os ajustes, gerados em função de diferenças entre projeções e índices/taxas definitivos e entre parâmetros para apuração do valor de mercado do dia útil anterior e os do dia, sensibilizam o valor da cota do dia útil seguinte.

Para os fundos que utilizam cota de fechamento, seu valor do dia é resultante da divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de cotas do fundo, apurados, ambos, no encerramento do dia.

1.4.6 Ativos não marcados a mercado

Quando houver a classificação dos ativos na categoria títulos mantidos até o vencimento, permitida a cotista(s) com intenção em preservar volume de aplicações compatível com a manutenção de tais ativos na carteira do fundo até o vencimento, este(s) declaram formalmente, por meio de termo de adesão ao regulamento do fundo, sua anuência à classificação na mencionada categoria, conforme disposto na Instrução CVM nº 438, de 12 de Julho de 2006.

1.4.7 Ativos em Default

Quando do não recebimento do valor total ou parcial aplicado, os ativos em default são precificados com valor zero.

Os demais procedimentos relacionados a esses ativos são tratados e definidos no âmbito de um comitê interno, conforme item 1.4.2 deste manual.

2 TÍTULOS PÚBLICOS

2.1 Título Público Prefixado

2.1.1 LTN

Características:

Título público de crédito emitido na modalidade escritural, nominativo e negociável pelo Tesouro Nacional com função de captar recursos para cobertura de déficit orçamentário ou antecipar receitas, observados os limites fixados pelo Poder Legislativo. Tem rendimento pré-fixado com valor de emissão definido em leilão e pagamento do principal na data do vencimento.

Fonte primária de taxas de mercado:

São utilizadas as taxas indicativas do mercado secundário divulgadas diariamente pela ANBIMA, obtidas no site www.anbima.com.br, para o desconto do fluxo financeiro.

Fontes alternativas de taxas de mercado:

Caso não estejam disponíveis as taxas ANBIMA, até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), ou não seja verificada a aderência de preço utilizando a taxa ANBIMA em relação ao do mercado, é utilizada a curva de juros de DI Futuro divulgada pela BM&FBOVESPA acrescida de um prêmio, obtido pela média entre os prêmios coletados junto às corretoras e o da taxa da ANBIMA (se houver), individualmente para cada ativo.

Na ausência da curva de juros da BM&FBOVESPA até o horário estabelecido, é utilizada a taxa de mercado divulgada por provedores (Ex.: Broadcast, Reuters, etc.).

2.1.2 NTN-F

Características:

Título público emitido na modalidade escritural, nominativo e negociável pelo Tesouro Nacional com o objetivo de prover recursos necessários à cobertura de déficit orçamentário ou para a realização de operações de crédito por antecipação da receita. Tem rendimento pré-fixado com juros de 10% ao ano, pagos semestralmente e pagamento do principal no vencimento.

Fonte primária de taxas de mercado:

São utilizadas as taxas indicativas do mercado secundário divulgadas diariamente pela ANBIMA, obtidas no site www.anbima.com.br, para o desconto do fluxo financeiro.

Fontes alternativas de taxas de mercado:

Caso não estejam disponíveis as taxas ANBIMA, até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), ou não seja verificada a aderência de preço utilizando a taxa ANBIMA em relação ao do mercado, é utilizada a curva de juros de DI Futuro divulgada pela BM&FBOVESPA acrescida de um prêmio, obtido pela média entre os prêmios coletados junto às corretoras e o da taxa da ANBIMA (se houver), individualmente para cada ativo.

Na ausência da curva de juros da BM&FBOVESPA até o horário estabelecido, é utilizada a taxa de mercado divulgada por provedores (Ex.: Broadcast, Reuters, etc.).

2.2 Título Público Pós-fixado

2.2.1 LFT/LFT-B

Características:

Título público emitido na modalidade escritural, nominativo e negociável pelo Tesouro Nacional com o objetivo de prover recursos necessários à cobertura de déficit orçamentário ou para a realização de operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, observado os limites fixados pelo Poder Legislativo.

Tem rendimento pós-fixado, corrigido pela taxa de juros SELIC, valor de emissão de R\$ 1.000,00 e pagamento do principal na data do vencimento.

Fonte primária de taxas de mercado:

O fluxo financeiro é atualizado pela variação da taxa SELIC entre a data de emissão e a data de avaliação.

São utilizadas para o desconto do fluxo as taxas indicativas de ágio/deságio divulgadas pela ANBIMA.

Fontes alternativas de taxas de mercado:

Caso não estejam disponíveis as taxas ANBIMA até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), é repetida a última taxa divulgada, por um período de dois dias consecutivos, ultrapassado este período é utilizada a média das taxas coletadas de no mínimo três Corretoras e/ou distribuidoras de valores mobiliários, de forma a representar um preço indicativo de consenso de mercado.

Na data de emissões de títulos com novos vencimentos, quando não disponíveis as taxas ANBIMA, é utilizada a taxa média de venda do leilão para a marcação a mercado do ativo.

2.2.2 NTN-B

Características:

Título público emitido na modalidade escritural, nominativo e negociável pelo Tesouro Nacional com o objetivo de prover recursos necessários à cobertura de déficit orçamentário ou para a realização de operações de crédito por antecipação da receita. A NTN-B tem atualização do valor nominal pelo IPCA, com juros de 6% ao ano, pagos semestralmente e pagamento do principal no vencimento.

Fonte primária de taxas de mercado:

O fluxo financeiro é atualizado pela variação do IPC-A do mês anterior à data de emissão do ativo até o mês anterior a data de avaliação. Para o mês de avaliação é utilizado pró-rata de projeção do indexador divulgada pela ANBIMA.

São utilizadas para o desconto do fluxo as taxas indicativas do mercado secundário divulgadas diariamente pela ANBIMA, obtidas no site www.anbima.com.br. Para os vencimentos cujas taxas indicativas não tenham sido divulgadas, são repetidas as taxa utilizadas no dia anterior.

Fontes alternativas de taxas de mercado:

Caso não estejam disponíveis as taxas ANBIMA até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), são utilizadas as Taxas Referenciais de Swap divulgada pela BM&FBOVESPA, acrescida de um prêmio, que é calculado pela diferença percentual entre a taxa ANBIMA e as Taxas Referenciais de Swap divulgada pela BM&FBOVESPA na data anterior do ativo.

Na ausência das Taxas Referenciais de SWAP da BM&FBOVESPA até o horário estabelecido, é utilizada a taxa de mercado divulgada por provedores (Ex.: Broadcast, Reuters, etc.).

Na data de emissões de títulos com novos vencimentos, quando não disponíveis as taxas ANBIMA, é utilizada a taxa média de venda do leilão para a marcação a mercado do ativo.

Para os prazos intermediários entre as taxas divulgadas, é utilizado o método de interpolação exponencial por dias úteis.

2.2.3 NTN-C

Características:

Título público emitido na modalidade escritural, nominativo e negociável pelo Tesouro Nacional com o objetivo de prover recursos necessários à cobertura de déficit orçamentário ou para a realização de operações de crédito por antecipação da receita. A NTN-C tem atualização do valor nominal pelo IGP-M, com juros de 6% ou 12% ao ano, pagos semestralmente e pagamento do principal no vencimento.

Fonte primária de taxas de mercado:

O fluxo financeiro é atualizado pela variação do IGP-M do mês anterior à data de emissão do ativo até o mês anterior a data de avaliação. Para o mês de avaliação é utilizado pró-rata de projeção do indexador divulgada pela ANBIMA.

São utilizadas para o desconto do fluxo as taxas indicativas do mercado secundário divulgadas diariamente pela ANBIMA, obtidas no site www.anbima.com.br. Para os vencimentos cujas taxas indicativas não tenham sido divulgadas, são repetidas as taxa utilizadas no dia anterior.

Fontes alternativas de taxas de mercado:

Caso não estejam disponíveis as taxas ANBIMA até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), são utilizadas as Taxas Referenciais de Swap divulgada pela BM&FBOVESPA, acrescida de um prêmio, que é calculado pela diferença percentual entre a taxa ANBIMA e as Taxas Referenciais de Swap divulgada pela BM&FBOVESPA na data anterior do ativo.

Na ausência das Taxas Referenciais de SWAP da BM&FBOVESPA até o horário estabelecido, é utilizada a taxa de mercado divulgada por provedores (Ex.: Broadcast, Reuters, etc.).

Na data de emissões de títulos com novos vencimentos, quando não disponíveis as taxas ANBIMA, é utilizada a taxa média de venda do leilão para a marcação a mercado do ativo.

Para os prazos intermediários entre as taxas divulgadas, é utilizado o método de interpolação exponencial por dias úteis.

3 TÍTULOS PRIVADOS

3.1 CDB

Características:

Título de renda fixa emitido por bancos comerciais, múltiplos, de desenvolvimento e de investimento, destinados à aplicação de pessoas físicas e jurídicas com conta corrente em banco. Possui prazo predeterminado e rentabilidade definida no ato da negociação. Pode ser pré ou pós-fixado e é um título transferível e negociável. Rende juros, que representa promessa de pagamento nominativa endossável à ordem, de importância depositada em banco, acrescida do valor da remuneração ou lucratividade convencionada até o vencimento.

Atualmente na CETIP os CDBs podem ser registrados com três diferentes condições de resgate: Com condição de resgate, cláusula "S", onde o emissor se compromete a recomprar o CDB pela taxa de emissão do mesmo; Sem condição de resgate, cláusula "N", onde o emissor não se compromete a recomprar o CDB e; Com condição de resgate a preço de mercado, cláusula "M", pela qual o emissor se compromete a recomprar o CDB na taxa atual praticada no mercado.

Os CDBs podem ser do tipo Subordinado, que são emitidos em prazos mais longos e possuem maior risco de crédito por se tratar de uma dívida subordinada.

3.1.1 CDB/RDB Prefixado e Pós-Fixado Com Cláusula Específica de Resgate – (Opção "S")

Os CDB/RDB com cláusula específica de resgate (Opção "S") são avaliados pelas taxas de emissão.

3.1.2 CDB/RDB Prefixado e Pós-Fixado Sem Cláusula Específica de Resgate (Opção "N") e Com Cláusula Específica de Resgate (Opção "M")

São utilizadas para desconto do fluxo as taxas de juros futuros divulgadas pela BM&FBOVESPA acrescidas de um prêmio (*spread* de crédito) para os títulos indexados ao CDI.

Caso não estejam disponíveis as taxas de juros até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), é utilizada a taxa de mercado divulgada por provedores (Ex.: Broadcast, Reuters, etc.).

Para o desconto dos títulos indexados em IPCA, são utilizadas taxas de mercado.

Os prêmios/taxas têm como fonte os negócios realizados pelos fundos e carteiras, com controladoria e custódia na CAIXA ou as cotações obtidas nos respectivos emissores. Ambas as fontes são classificadas por emissor e faixa de prazo.

Na ausência das fontes citadas acima, o Comitê decidirá sobre o parâmetro de marcação a mercado. A base utilizada para a tomada da decisão constará da ata.

3.2 DPGE - Depósitos a Prazo com Garantia Especial do FGC

Características:

Depósito a prazo fixo emitido por bancos comerciais, bancos múltiplos, bancos de desenvolvimento, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento e caixas econômicas, com garantia especial do FGC - Fundo Garantidor de Crédito até o limite de R\$ 20 milhões. Os DGPEs podem remunerar a taxas pré ou pós-fixadas. O prazo de resgate é determinado no momento da contratação, mas não pode ser inferior a 12 meses nem superior a 36.

3.2.1 DPGE, indexado em CDI e em Índice de Preço

Os DPGE, indexados ao CDI, têm o fluxo financeiro atualizado pela taxa contratada no início da operação (%CDI).

Para estes ativos são utilizadas para desconto do fluxo as taxas de juros futuros, divulgadas pela BM&FBOVESPA, acrescidas de um prêmio (spread de crédito). Para os prazos intermediários entre as taxas divulgadas pela BM&FBOVESPA, é utilizado o método de interpolação exponencial por dias úteis.

Caso as taxas de juros não estejam disponíveis até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), é utilizada a taxa de mercado divulgada por provedores (Ex.: Broadcast, Reuters, etc.).

Os DPGE de índice de preços têm o fluxo financeiro atualizado pela variação do indexador do ativo do mês anterior à data de aquisição do ativo até o mês anterior a data de avaliação, acrescido da taxa contratada. Para o mês de avaliação é utilizado pró-rata de projeção do indexador divulgada pela ANBIMA.

O spread/taxa de desconto dos fluxos é obtido a partir dos negócios realizados pelos fundos e carteiras, com controladoria e custódia na CAIXA, e cotações junto aos emissores de DPGE para cada faixa de prazo de vencimento (dias corridos), de cada indexador.

Na ausência das fontes citadas acima, o Comitê decidirá sobre o parâmetro de marcação a mercado. A base utilizada para a tomada da decisão constará da ata.

3.3 Letra Financeira

Características:

Título de renda fixa que pode ser emitido pelo BNDES, os bancos múltiplos, os bancos comerciais, os bancos de investimento, as sociedades de crédito, financiamento e investimento, as caixas econômicas, as companhias hipotecárias e as sociedades de crédito imobiliário.

A LF é um título de crédito, nominativo, transferível e de livre negociação, emitido exclusivamente de forma escritural, que consiste em promessa de pagamento em dinheiro. Seu valor unitário mínimo de emissão é de R\$ 150 mil e o prazo mínimo é de 24 meses, sendo vedado o resgate parcial ou total antes do vencimento.

Com rendimento atrelado a taxa de juros prefixada, flutuante em DI ou SELIC, ou por índice de preços, a LF pode, a critério do emitente, ser emitida com cupom semestral de pagamento de juros.

As LFs podem ser do tipo subordinado – LFS – que são emitidos em prazos mais longos, mínimo de 5 anos, com PU acima de R\$ 300 mil e possuem maior risco de crédito por se tratar de uma dívida subordinada.

3.4 Letra Financeira, indexados ao CDI e aos Índices de Preços.

A Letra Financeira com Taxa Flutuante DI tem, diariamente, os juros contratados acruados desde a data de emissão, inclusive, até a data da precificação, exclusive, o qual é incorporado ao valor nominal de emissão.

O montante calculado é projetado e descontado sendo utilizada como curva base as Taxas dos Contratos Futuros de DI, divulgadas pela BM&FBovespa.

Para a projeção do valor de resgate é acrescido à curva base o percentual de DI ou taxa da emissão e para a obtenção da taxa de desconto é acrescido à curva base o percentual de DI ou taxa de marcação a mercado.

Caso não estejam disponíveis as taxas de juros até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), é utilizada a taxa de mercado divulgada por provedores (Ex.: Broadcast, Reuters, etc.).

Para os prazos intermediários entre as taxas divulgadas, é utilizado o método de interpolação exponencial por dias úteis.

A Letra Financeira indexado em IPCA tem, diariamente, seu valor nominal atualizado pela variação de seu indexador, desde o mês anterior ao da emissão. Na ausência de índice divulgado para o cálculo da variação do IPCA, utiliza-se a projeção mensal divulgada pela ANBIMA, pró-rata em dias úteis.

Ao valor nominal atualizado é acrescido dos juros contratados, acruados desde a data de emissão, inclusive, até a data de atualização, exclusive.

O fluxo financeiro da Letra Financeira indexada em IPCA é descontado pela taxa de mercado.

Os prêmios/taxas têm como fonte os negócios realizados pelos fundos e carteiras, com controladoria e custódia na CAIXA ou as cotações obtidas nos respectivos emissores. Ambas as fontes são classificadas por emissor e faixa de prazo.

Na ausência das fontes citadas acima, o Comitê decidirá sobre o parâmetro de marcação a mercado. A base utilizada para a tomada da decisão constará da ata.

3.5 Debênture

Características:

Debêntures são títulos emitidos pelas sociedades por ações que garantem um direito de crédito para o seu titular contra a companhia emissora, nas condições constantes da escritura de emissões e do certificado, quando este for emitido. A emissão e as condições de emissão são deliberadas em AGE, sendo que podem ser emitidas em séries e com amortização gradual. Visam captar recursos para investimento ou o financiamento de capital de giro através de um empréstimo de longo prazo.

Com valor nominal atualizado ao longo do prazo do título, de acordo com sua escritura de emissão, as debêntures são negociadas em mercado secundário com valores que podem diferir do seu preço na curva.

As debêntures podem oferecer garantia real, flutuante, quirografária e subordinada. Quanto à classe, podem ser simples, conversíveis ou permutáveis e ter forma nominativa ou escritural. Sua divulgação da emissão se faz mediante: prospecto da emissão; escritura de emissão; coordenador líder e coordenadores contratados; agente fiduciário; banco mandatário e escriturador e; auditor independente e consultor legal.

3.5.1 Debênture Prefixada

Fluxo de caixa da debênture é descontado pela taxa prefixada do título divulgada diariamente pela ANBIMA.

Caso não estejam disponíveis as taxas ANBIMA até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), ou o título não seja acompanhado pela ANBIMA é utilizado como alternativa o método descrito abaixo.

Para desconto do fluxo de caixa do título é utilizada a Taxa Referencial de SWAP DlxPré, divulgada pela BM&FBovespa, acrescida de um prêmio.

O prêmio é obtido utilizando como parâmetro os negócios realizados pelos fundos e carteiras, com controladoria e custódia na CAIXA, ou negócios realizados na CETIP ou BM&FBovespa, do próprio ativo ou de ativos semelhantes.

3.5.2 Debênture indexada em Percentual de DI, DI + Spread e DI Futuro + Spread

São utilizadas as taxas ou spreads de mercado divulgados pela ANBIMA (Taxa Indicativa) e as taxas de juros e Taxas Referenciais de Swap divulgadas pela BM&FBOVESPA para construção da curva de juros futuros.

Caso não estejam disponíveis as taxas ou spreads na ANBIMA até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), ou o título não seja acompanhado pela ANBIMA, são utilizados como parâmetros, para obtenção desses dados, os negócios realizados pelos fundos e carteiras, com controladoria e custódia na CAIXA, ou as informações obtidas no Sistema Nacional de Debêntures (SND) ou Bovespa Fix, do próprio ativo ou de ativos semelhantes. No caso de ativos semelhantes, podem ser utilizados ainda como parâmetros os dados divulgados pela ANBIMA até a data da avaliação.

Na ausência das Taxas Referenciais de SWAP da BM&FBOVESPA até o horário estabelecido, é utilizada a taxa de mercado divulgada por provedores (Ex.: Broadcast, Reuters, etc.).

O Comitê decidirá sobre o preço das debêntures para os casos não contemplados nesta metodologia. A base utilizada para a tomada de decisão constará da ata.

3.5.3 Debênture Indexada em Índice de Preço

As debêntures têm seu valor nominal atualizado diariamente. Quando na ausência do índice definitivo é utilizado o pró-rata em dias úteis da projeção da ANBIMA.

Caso não estejam disponíveis as taxas ANBIMA até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), ou o título não seja acompanhado pela ANBIMA é utilizado como alternativa o método descrito abaixo.

Para desconto do fluxo de caixa do título é utilizada a Taxa Referencial de SWAP, divulgada pela BM&FBovespa, acrescida de um prêmio.

São utilizados como parâmetros para obtenção desse prêmio os negócios realizados pelos fundos e carteiras, com controladoria e custódia na CAIXA, ou negócios realizados na CETIP ou BM&FBovespa, do próprio ativo ou de ativos semelhantes. No caso de ativos semelhantes, podem ser utilizados ainda como parâmetros os dados divulgados pela ANBIMA até a data da avaliação.

Na ausência das Taxas Referenciais de SWAP da BM&FBovespa até o horário estabelecido, é utilizada a taxa de mercado divulgada por provedores (Ex.: Broadcast, Reuters, etc.).

O Comitê decidirá sobre o preço das debêntures para os casos não contemplados nesta metodologia. À base utilizada para a tomada de decisão constará da ata.

3.6 Notas Promissórias

Características:

Título para distribuição pública emitido por companhias, que confere ao titular direito de crédito. A Nota Promissória – NP – é um título de curto prazo, com vencimento de 30 a 180 dias quando emitido por companhia fechada e de 30 a 360 dias quando emitido por companhia aberta.

3.6.1 Nota Promissória Juros Flutuante - DI

Diariamente é atualizado o montante de principal e juros.

O valor dos juros do período é o produto entre o principal e o fator obtido pelo acumulo diário das taxas de DI Over, com o uso de percentual de emissão aplicado, desde a data de emissão, inclusive, até a data de avaliação, exclusive.

A partir desse montante é projetado o valor de resgate do ativo, o qual é descontado por uma taxa para o cálculo do preço de mercado.

Tanto para a projeção do valor do resgate quanto para a obtenção da taxa de desconto desse fluxo projetado são utilizadas as Taxas Referenciais de Swap divulgadas pela BM&FBovespa, sobre as quais são aplicados os percentuais de DI de emissão e de DI de marcação a mercado, respectivamente.

A obtenção do percentual de DI de marcação a mercado tem como parâmetro os negócios realizados no mercado organizado de maior liquidez (CETIP ou BovespaFIX) do próprio título ou as informações de um ativo semelhante cujos dados sejam divulgados em um dos seguintes provedores: SND, na CETIP ou BovespaFIX.

Na ausência das Taxas Referenciais de SWAP da BM&FBOVESPA até o horário estabelecido, é utilizada a taxa de mercado divulgada por provedores (Ex.: Broadcast, Reuters, etc.).

O Comitê decidirá sobre o preço das notas promissórias para os casos não contemplados nesta metodologia. A base utilizada para a tomada de decisão constará da ata.

4 AÇÕES, DIREITOS, RECIBOS DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES E BDRs

4.1 Ações

Características:

Título de valor mobiliário, negociável em mercados organizados, que representa uma fração do capital social de uma empresa.

Fonte Primária de Cotações

A avaliação é realizada pela cotação de fechamento do encerramento do pregão da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA.

Fonte Alternativa de Cotações

Caso não estejam disponíveis as cotações até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), é repetida a última cotação divulgada.

4.2 Direito de Subscrição

Características:

Direito de preferência dos acionistas para aquisição de ações por aumento de capital de uma empresa, na proporção das ações que possuir. O direito pode ser negociado no mercado secundário até a data definida como Prazo para Subscrição.

Fonte Primária de Cotações

Os direitos de subscrição são avaliados a mercado pela cotação de fechamento divulgada pela BM&FBovespa.

Fonte Alternativa de Cotações

Na ausência de negócios do direito de subscrição no dia da avaliação ou enquanto não houver negociação do direito na BM&FBovespa, o preço é o maior valor entre zero e a diferença calculada entre o preço de fechamento e o preço de subscrição da ação de referência.

Os casos não contemplados nesta metodologia serão tratados no âmbito do Comitê de Marcação a Mercado.

4.3 Recibo de Subscrição**Características:**

Recibo que comprova o direito de exercício da subscrição de ações e que, como o direito, também pode ser negociado no mercado.

Fonte Primária de Cotações

O Recibo de Subscrição é marcado pelo preço de fechamento da ação de referência.

Fonte Alternativa de Cotações

Não havendo negociação da ação de referência no dia da avaliação, é mantido o último preço de fechamento da ação de referência.

4.4 Brazilian Depositary Receipt – BDR**Características:**

Brazilian Depositary Receipts (BDRs) são certificados de depósito de valores mobiliários emitidos no Brasil que representam valores mobiliários de emissão de companhias abertas com sede no exterior.

Sua emissão deve ser realizada por instituições brasileiras, as chamadas instituições depositárias ou emissoras, que são empresas autorizadas a funcionar pelo Banco Central e habilitadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a emitir BDRs. A emissão é lastreada em valores mobiliários custodiados em seu País de origem por instituições custodiantes. Estas são responsáveis por manter os valores mobiliários a que os BDRs se referem em custódia. (fonte BMFBovespa)

O BDR pode ser Patrocinado, quando disponibilizado pela própria empresa para serem negociados no Brasil e; Não Patrocinados, quando lançados por uma instituição depositária.

O BDR Patrocinado se divide em:

- Nível I: negociado exclusivamente no mercado balcão não organizado e não é necessário do registro na CVM;
- Nível II: necessita de registro na CVM, é negociado em bolsas de valores e em mercado de balcão organizado;

- Nível III: com características semelhantes ao Nível II, no nível III a empresa estrangeira pode captar recursos no Brasil, para isso há a necessidade de registro na CVM da oferta de BDRs.

Fonte Primária de Cotações

O Brazilian Depositary Receipt (BDR) é avaliado pela cotação de fechamento divulgada pela BM&FBovespa.

No caso de BDR classificado como Nível I Não Patrocinados, este é avaliado pelo valor de referência divulgado pela BM&FBovespa.

Fonte Alternativa de Cotações

Na situação em que não houver divulgação da cotação pela fonte utilizada, repete-se o último preço disponibilizado.

4.5 Empréstimo de Ações

Características:

É a transferência da custódia das ações do doador para o tomador, mediante o pagamento de uma comissão e o depósito de garantias, onde o acionista permanece como proprietário da ação.

Com taxa e prazo definidos no ato da operação, as operações são registradas na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.

Fonte de Cotações

Os empréstimos de ações são valorizados pela taxa contratada aplicada sobre a cotação média da ação doada/tomada, divulgada pela BM&FBovespa no pregão imediatamente anterior ao da contratação do empréstimo.

As posições tomadas ou doadas são valorizadas pela cotação de fechamento da BM&FBovespa e contabilizadas como valores a pagar ou receber, respectivamente.

4.6 Títulos de Remuneração Variável Baseados em Royalties

Características:

Título nominativo e escritural emitido por companhia de capital aberto com de remuneração variável baseada em royalties.

Fonte de Cotações

A fonte para avaliação é decidida em comitê.

4.7 Ações Negociadas no Exterior**Características:**

Título de valor mobiliário, negociável em mercados organizados fora do Brasil, que representa uma fração do capital social de uma empresa.

Fonte Primária de Cotações

As ações negociadas no exterior são avaliadas pelos respectivos preços de fechamento divulgados pela bolsa onde são regularmente negociadas, os quais são convertidos da moeda estrangeira para a moeda corrente nacional pela taxa de câmbio de venda disponível no Sistema de Informações do Banco Central – Sisbacen, transação PTAX800, Opção 5 – Cotação para Contabilidade, relativa ao segmento de câmbio de taxas livres.

Fonte Alternativa de Cotações

Na situação em que não houver divulgação da cotação pela fonte utilizada ou indisponibilidade da cotação até às 20h30min (horário de Brasília), horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos, repete-se a última cotação de fechamento disponibilizada, ajustada para a taxa de câmbio do dia.

5 DERIVATIVOS

Características:

Instrumento financeiro cujo preço de mercado deriva do preço de mercado de um bem ou de outro instrumento financeiro. O derivativo possui liquidação em uma data futura, requer apenas um pequeno investimento inicial e tem como principal objetivo a proteção – hedge – contra eventuais perdas no ativo ou instrumento financeiro de referência.

O mercado de Derivativos está segmentado em: mercados de futuros; mercado a termo; mercado de opções e; mercado de swaps.

5.1 Contratos Futuros e Contratos a Termo:

Características:

É um compromisso entre duas partes, que obriga uma a vender e outra, a comprar a quantidade e o tipo estipulado de determinada commodity, pelo preço acordado, com liquidação do compromisso em data futura. O contrato é negociado na BM&F.

O contrato futuro se caracteriza pelo sistema de gerenciamento de posição, com ajuste diário do valor dos contratos e conseqüente ganho ou prejuízo diário para as respectivas posições. No contrato a termo não há ajuste diário nem troca de posições.

Fonte Primária de Cotações

A avaliação é realizada conforme ajustes divulgados pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA).

A metodologia de MaM não será alterada em momentos de suspensão das negociações (Circuit Breaker).

Fonte Alternativa de Cotações

Caso não estejam disponíveis os ajustes até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), é utilizado o ajuste de mercado divulgado por provedores (Ex.: Broadcast, Reuters, etc.).

6 SWAP

Não há swap sem garantia BM&FBOVESPA alocados nas carteiras dos fundos de investimento.

Características:

Contrato de troca de pagamentos periódicos com uma contraparte, com a troca de índice de rentabilidade por outro. Na operação de Swap, as duas contrapartes assumem posições contrárias em cada "ponta", com o objetivo de reduzir o custo dos passivos e elevar a rentabilidade dos ativos, bem como alcançar proteção quanto a flutuações adversas de taxas.

O Contrato pode ter garantia de liquidação da bolsa.

6.1 Swap com garantia

6.1.1 Ponta CDI

O fluxo financeiro é atualizado pela taxa contratada no início da operação (%CDI). São utilizadas para o desconto do fluxo as taxas de juros futuros divulgadas pela BM&FBOVESPA.

Caso não estejam disponíveis as taxas de juros até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), é utilizada a taxa de mercado divulgada por provedores (Ex.: Broadcast, Reuters, etc.).

Para os prazos intermediários entre as taxas divulgadas, é utilizado o método de interpolação exponencial por dias úteis.

6.1.2 Ponta IGP-M

O fluxo financeiro é atualizado pela variação do indexador do ativo (IGP-M) do mês anterior à data de aquisição do ativo até o mês anterior a data de avaliação, acrescido da taxa contratada. Para o mês de avaliação é utilizado pró-rata de projeção do indexador divulgada pela ANBIMA.

É utilizada para desconto do fluxo a curva de Taxas Referenciais de Swap divulgada pela BM&FBOVESPA.

Caso não estejam disponíveis as Taxas Referenciais de Swap até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), é utilizada a taxa de mercado divulgada por provedores (Ex.: Broadcast, Reuters, etc.).

Para os prazos intermediários entre as taxas divulgadas, é utilizado o método de interpolação exponencial por dias úteis.

6.1.3 Ponta DÓLAR

O fluxo financeiro é atualizado pela variação do indexador do ativo (DÓLAR) do dia anterior à data de aquisição do ativo até o dia anterior a data de avaliação, acrescido da taxa contratada.

É utilizada para desconto do fluxo a curva de Taxas Referenciais de Swap divulgada pela BM&FBOVESPA.

Caso não estejam disponíveis as Taxas Referenciais de Swap até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), é utilizada a taxa de mercado divulgada por provedores (Ex.: Broadcast, Reuters, etc.).

Para os prazos intermediários entre as taxas divulgadas, é utilizado o método de interpolação exponencial por dias úteis.

6.1.4 Ponta IBOVESPA (IND)

O fluxo financeiro é atualizado pela variação da cotação do Índice Bovespa da contratação até a data de avaliação, observada a opção de referência negociada. Cotação média, para contratos com opção de referência no Valor Médio do Índice Bovespa, e cotação de fechamento, para contratos com opção de referência no Valor de fechamento.

Caso não estejam disponíveis a cotação de fechamento/médio do índice BOVESPA (Ibovespa), até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília) é utilizada a cotação de mercado divulgada por provedores (Ex.: Broadcast, Reuters, etc.).

7 OPÇÕES

Características:

Instrumento financeiro que confere a seu titular o direito de comprar ou vender um ativo-objeto a um preço determinado. Por este direito, o titular paga um prêmio, podendo exercê-lo até a data de vencimento (opção no estilo americano) ou somente na data de vencimento (opção no estilo europeu).

7.1 Opções de Ações

Fonte primária de cotações:

As opções de ações são precificadas pela cotação de fechamento da BM&FBovespa.

Fonte alternativa de cotações:

Na ausência de negócios, o prêmio é calculado pelo modelo de Black & Scholes, utilizando como parâmetro de volatilidade, a média das volatilidades implícitas, cotadas em pelo menos três corretoras.

Na impossibilidade de obtenção dessas cotações o prêmio é obtido a partir das volatilidades implícitas das opções do Índice de Bolsa – Ibovespa, acrescido de um spread entre a volatilidade do ativo objeto e do próprio índice.

7.2 Opções de Dólar

Fonte primária de cotações:

As opções de dólar são precificadas pelo prêmio de referência da BM&FBovespa.

Fonte alternativa de cotações:

Na ausência de divulgação da cotação na BM&FBovespa, o prêmio é calculado pelo modelo de Black (1976), utilizando como parâmetro de volatilidade, a média das volatilidades implícitas, cotadas em pelo menos três corretoras e/ou provedores de dados. Na impossibilidade de obtenção dessas cotações o prêmio é obtido a partir da volatilidade implícita do último prêmio divulgado.

7.3 Opções Ilíquidas

Ativos não alocados nas carteiras dos fundos de investimento.

8 FII E FIDC

Características:

O Fundo de Investimento Imobiliário – FII – é um instrumento de captação de recursos destinados à aplicação em empreendimentos imobiliários, constituído sob a forma de condomínio fechado e que pode ter prazo de duração indeterminado.

Os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC – é um instrumento de captação de recursos no mercado de capitais que se destina preponderantemente à aplicação em direitos creditórios e em títulos representativos desses direitos, originários de operações nos mais diversos segmentos.

Como reforço de garantia para o investidor, os FIDCs são classificadas em duas classes:

- 1) Cota de classe sênior: aquela que não se subordina às demais para efeito de amortização e resgate e que pode ser subdividida em séries.
- 2) Cota de classe subordinada: aquela que se subordina às demais para efeito de amortização e resgate.

8.1 Cotas negociadas regularmente:

Fonte Primária de Cotações

As cotas dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e dos Fundos de Investimento Imobiliários (FII), regularmente negociadas, são precificadas a partir dos negócios realizados na CETIP ou BM&FBovespa.

Fonte Alternativa de Cotações

Caso não haja negócios nesse período, repete-se o último preço por até três dias consecutivos. Após esse período e persistindo a ausência dos negócios, o Comitê de Marcação a Mercado decide e registra em ata decisão sobre a precificação das cotas.

8.2 Cotas sem negócios regulares:

Fonte Primária de Cotações

As cotas dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e dos Fundos de Investimento Imobiliários (FII), cujos negócios não sejam regulares, são precificadas pelo valor informado pelo administrador do fundo, ajustado em caso de amortizações.

Fonte Alternativa de Cotações

Caso o administrador não divulgue o valor da cota, repete-se o último valor por até três dias consecutivos. Após esse período e persistindo a ausência de divulgação pelo Administrador do fundo, o Comitê de Marcação a Mercado decide e registra em ata decisão sobre a precificação das cotas.

9 COMPROMISSADAS

Características:

Compra de títulos com compromisso de revenda assumido pelo comprador, conjugado com o compromisso de recompra assumido pelo vendedor, para data futura preestabelecida.

Fonte: Banco Central

Fonte de Cotações

As operações compromissadas são valorizadas pelas taxas contratadas, podendo ser prefixadas ou pós-fixadas.

[Nova Pesquisa](#)

DADOS CADASTRAIS DE CAIXAS ECONÔMICAS

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Endereço : SETOR BANCÁRIO SUL QD 4 BL A LOTES 3 E 4
Bairro : ASA SUL
Cidade : BRASÍLIA
UF : DF
CEP : 70092-900
DDD : 11
TEL : 3555-6350
FAX : 3555-9621
CNPJ : 00.360.305/0001.04
Data de Registro : 05/11/2002
Patrimônio Líquido : 3.891.469.813,73
Data Patrimônio Líquido : 31/12/2001
Situação : EM FUNCIONAMENTO NORMAL

Também

cadastrado como:

ADMINISTRADORES DE
FUNDO DE INV.
IMOBILIÁRIOS

CUSTÓDIA DE VALORES
MOBILIÁRIOS

INSTITUIÇÕES
FINANCEIRAS

AUTORIZADAS PELO
BACEN

PREST. SERVIÇOS DE
ADMINISTRAÇÃO DE
CÁRTEIRAS

ADMINISTRADOR DE
FUNDO FIDC

[Fale com a CVM](#)

Missão e Valores

Missão

Atuar na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável do País, como instituição financeira, agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado brasileiro.

Valores

- Nosso trabalho é importante para a sociedade
- Temos orgulho de trabalhar na CAIXA
- Juntos podemos mais
- Nossas atividades são pautadas pela ética
- Respeitamos as ideias, as opções e as diferenças de toda a sociedade
- A liderança se faz pelo exemplo
- Somos inovadores no que fazemos

VALORES DO CÓDIGO DE ÉTICA DA CAIXA

RESPEITO

- As pessoas na CAIXA são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade.
- Exigimos de dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.
- Repudiamos todas as atitudes de preconceitos relacionadas à origem, raça, gênero, cor, idade, religião, credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação.
- Respeitamos e valorizamos nossos clientes e seus direitos de consumidores, com a prestação de informações corretas, cumprimento dos prazos acordados e oferecimento de alternativa para satisfação de suas necessidades de negócios com a CAIXA.
- Preservamos a dignidade de dirigentes, empregados e parceiros, em qualquer circunstância, com a determinação de eliminar situações de provocação e constrangimento no ambiente de trabalho que diminuam o seu amor próprio e a sua integridade moral.
- Os nossos patrocínios atentam para o respeito aos costumes, tradições e valores da sociedade, bem como a preservação do meio ambiente.

HONESTIDADE

- No exercício profissional, os interesses da CAIXA estão em 1º lugar nas mentes dos nossos empregados e dirigentes, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros, de forma a resguardar a lisura dos seus processos e de sua imagem.

- Gerimos com honestidade nossos negócios, os recursos da sociedade e dos fundos e programas que administramos, oferecendo oportunidades iguais nas transações e relações de emprego.
- Não admitimos qualquer relacionamento ou prática desleal de comportamento que resulte em conflito de interesses e que estejam em desacordo com o mais alto padrão ético.
- Não admitimos práticas que fragilizem a imagem da CAIXA e comprometam o seu corpo funcional.
- Condenamos atitudes que privilegiem fornecedores e prestadores de serviços, sob qualquer pretexto.
- Condenamos a solicitação de doações, contribuições de bens materiais ou valores a parceiros comerciais ou institucionais em nome da CAIXA, sob qualquer pretexto.

COMPROMISSO

- Os dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA estão comprometidos com a uniformidade de procedimentos e com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais.
- Temos compromisso permanente com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a nossa Instituição.
- Pautamos nosso relacionamento com clientes, fornecedores, correspondentes, coligadas, controladas, patrocinadas, associações e entidades de classe dentro dos princípios deste Código de Ética.
- Temos o compromisso de oferecer produtos e serviços de qualidade que atendam ou superem as expectativas dos nossos clientes.
- Prestamos orientações e informações corretas aos nossos clientes para que tomem decisões conscientes em seus negócios.
- Preservamos o sigilo e a segurança das informações.
- Buscamos a melhoria das condições de segurança e saúde do ambiente de trabalho, preservando a qualidade de vida dos que nele convivem.
- Incentivamos a participação voluntária em atividades sociais destinadas a resgatar a cidadania do povo brasileiro.

TRANSPARÊNCIA

- As relações da CAIXA com os segmentos da sociedade são pautadas no princípio da transparência e na adoção de critérios técnicos.
- Como empresa pública, estamos comprometidos com a prestação de contas de nossas atividades, dos recursos por nós geridos e com a integridade dos nossos controles.
- Aos nossos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia dispensamos tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento dos normativos a que estamos subordinados.

- Oferecemos aos nossos empregados oportunidades de ascensão profissional, com critérios claros e do conhecimento de todos.
- Valorizamos o processo de comunicação interna, disseminando informações relevantes relacionadas aos negócios e às decisões corporativas.

RESPONSABILIDADE

- Devemos pautar nossas ações nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a resguardar a CAIXA de ações e atitudes inadequadas à sua missão e imagem e a não prejudicar ou comprometer dirigentes e empregados, direta ou indiretamente.
- Zelamos pela proteção do patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens, equipamentos e demais recursos colocados à nossa disposição para a gestão eficaz dos nossos negócios.
- Buscamos a preservação ambiental nos projetos dos quais participamos, por entendermos que a vida depende diretamente da qualidade do meio ambiente.
- Garantimos proteção contra qualquer forma de represália ou discriminação profissional a quem denunciar as violações a este Código, como forma de preservar os valores da CAIXA.

Fitch Ratings

Tiago Carrara
Analista sênior
+55-11-4504-2217
Fitch Ratings Brasil Ltda.
Alameda Santos, 700 – 7º andar – Cerqueira Cesar
São Paulo - SP - CEP: 01418-100

Analista secundário
Pedro Gomes
Diretor
+55-11-4504-2604

Presidente do Comitê-de Rating
Arturo Rueda
Diretor sênior
+52 81 8399 9106

Relações com a Mídia: Jaqueline Ramos de Carvalho, Rio de Janeiro, Tel.: +55 21-4503-2623, e-mail: jaqueline.carvalho@fitchratings.com.

Informações adicionais disponíveis em 'www.fitchratings.com' e 'www.fitchratings.com.br'.

A Fitch Ratings foi paga para determinar cada rating de crédito listado neste relatório de classificação de risco de crédito pelo devedor ou emissor classificado, por uma parte relacionada que não seja o devedor ou o emissor classificado, pelo patrocinador ("sponsor"), subscritor ("underwriter"), ou o depositante do instrumento, título ou valor mobiliário que está sendo avaliado.

Metodologia Aplicada e Pesquisa Relacionada:

-- 'Ratings de Qualidade de Gestão de Investimentos' (6 de março de 2017).

TODOS OS RATINGS DE CRÉDITO DA FITCH ESTÃO SUJEITOS A ALGUMAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE. POR FAVOR, VEJA NO LINK A SEGUIR ESSAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE: [HTTP://FITCHRATINGS.COM/UNDERSTANDINGCREDITRATINGS](http://FITCHRATINGS.COM/UNDERSTANDINGCREDITRATINGS). ALÉM DISSO, AS DEFINIÇÕES E OS TERMOS DE USO DOS RATINGS ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE PÚBLICO DA AGÊNCIA, EM WWW.FITCHRATINGS.COM. OS RATINGS PÚBLICOS, CRITÉRIOS E METODOLOGIAS PUBLICADOS ESTÃO PERMANENTEMENTE DISPONÍVEIS NESTE SITE. O CÓDIGO DE CONDUTA DA FITCH E AS POLÍTICAS DE CONFIDENCIALIDADE, CONFLITOS DE INTERESSE; SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO (FIREWALL) DE AFILIADAS, COMPLIANCE E OUTRAS POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS RELEVANTES TAMBÉM ESTÃO DISPONÍVEIS NESTE SITE, NA SEÇÃO "CÓDIGO DE CONDUTA". A FITCH PODE TER FORNECIDO OUTRO SERVIÇO AUTORIZADO À ENTIDADE CLASSIFICADA OU A PARTES RELACIONADAS. DETALHES SOBRE ESSE SERVIÇO PARA RATINGS PARA O QUAL O ANALISTA PRINCIPAL ESTÁ BASEADO EM UMA ENTIDADE DA UNIÃO EUROPEIA PODEM SER ENCONTRADOS NA PÁGINA DO SUMÁRIO DA ENTIDADE NO SITE DA FITCH.

Copyright © 2016 da Fitch, Inc., Fitch Ratings Ltd. e suas subsidiárias. 33 Whitehall St, NY, NY 10004. Telefone:

1-800-753-4824 (para chamadas efetuadas nos Estados Unidos), ou (001212) 908-0500 (chamadas fora dos Estados Unidos). Fax: (212) 480-4435. Proibida a reprodução ou retransmissão, integral ou parcial, exceto quando autorizada. Todos os direitos reservados. Ao atribuir e manter ratings e ao fazer outros relatórios (incluindo informações sobre projeções), a Fitch conta com informações factuais que recebe de emissores e underwriters e de outras fontes que a agência considera confiáveis. A Fitch realiza uma apuração adequada das informações factuais de que dispõe, de acordo com suas metodologias de rating, e obtém razoável

RIO DE JANEIRO

Pavão XV de Novembro, 20 - Sala 401 B - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Brasil - CEP: 20070-010 - Tel.: (55-21) 4503-2600 - Fax: (55-21) 4503-2601

SÃO PAULO

Alameda Santos, 700 - 7º andar - Cerqueira César - São Paulo - SP - Brasil - CEP: 01418-100 - Tel.: (55-11) 4504-2600 - Fax: (55-11) 4504-2601

Fitch Ratings

verificação destas informações de fontes independentes, à medida que estas fontes estejam disponíveis com determinado patamar de segurança, ou em determinada jurisdição. A forma como é conduzida a investigação factual da Fitch e o escopo da verificação de terceiros que a agência obtém poderão variar, dependendo da natureza do título analisado e do seu emissor, das exigências e práticas na jurisdição em que o título analisado é oferecido e vendido e/ou em que o emissor esteja localizado, da disponibilidade e natureza da informação pública envolvida, do acesso à administração do emissor e seus consultores, da disponibilidade de verificações pré-existentes de terceiros, como relatórios de auditoria, cartas de procedimentos acordadas, avaliações, relatórios atuariais, relatórios de engenharia, pareceres legais e outros relatórios fornecidos por terceiros, disponibilidade de fontes independentes e competentes de verificação, com respeito ao título em particular, ou na jurisdição do emissor, em especial, e a diversos outros fatores. Os usuários dos ratings e relatórios da Fitch devem estar cientes de que nem uma investigação factual aprofundada, nem qualquer verificação de terceiros poderá assegurar que todas as informações de que a Fitch dispõe com respeito a um rating ou relatório serão precisas e completas. Em última instância, o emissor e seus consultores são responsáveis pela precisão das informações fornecidas à Fitch e ao mercado ao disponibilizar documentos e outros relatórios. Ao emitir ratings e relatórios, a Fitch é obrigada a confiar no trabalho de especialistas, incluindo auditores independentes, com respeito às demonstrações financeiras, e advogados, com referência a assuntos legais e tributários. Além disso, os ratings e as projeções financeiras e outras informações são naturalmente prospectivos e incorporam hipóteses e premissas sobre eventos futuros que, por sua natureza, não podem ser confirmados como fatos. Como resultado, apesar de qualquer verificação sobre fatos atuais, os ratings e as projeções podem ser afetados por condições ou eventos futuros não previstos na ocasião em que um rating foi emitido ou afirmado.

As informações neste relatório são fornecidas "tais como se apresentam", sem que ofereçam qualquer tipo de garantia. Um rating da Fitch constitui opinião sobre o perfil de crédito de um título. Esta opinião e os relatórios se apoiam em critérios e metodologias existentes, que são constantemente avaliados e atualizados pela Fitch. Os ratings e relatórios são, portanto, resultado de um trabalho de equipe na Fitch, e nenhum indivíduo, ou grupo de indivíduos, é responsável isoladamente por um rating ou relatório. O rating não cobre o risco de perdas em função de outros riscos que não sejam o de crédito, a menos que tal risco esteja especificamente mencionado. A Fitch não participa da oferta ou venda de qualquer título. Todos os relatórios da Fitch são de autoria compartilhada. Os profissionais identificados em um relatório da Fitch participaram de sua elaboração, mas não são isoladamente responsáveis pelas opiniões expressas no texto. Os nomes são divulgados apenas para fins de contato. Um relatório que contenha um rating atribuído pela Fitch não constitui um prospecto, nem substitui as informações reunidas, verificadas e apresentadas aos investidores pelo emissor e seus agentes com respeito à venda dos títulos. Os ratings podem ser alterados ou retirados a qualquer tempo, por qualquer razão, a critério exclusivo da Fitch. A agência não oferece aconselhamento de investimentos de qualquer espécie. Os ratings não constituem recomendação de compra, venda ou retenção de qualquer título. Os ratings não comentam a correção dos preços de mercado, a adequação de qualquer título a determinado investidor ou a natureza de isenção de impostos ou taxação sobre pagamentos efetuados com respeito a qualquer título. A Fitch recebe pagamentos de emissores, seguradores, garantidores, outros coobrigados e underwriters para avaliar os títulos. Estes preços geralmente variam entre USD1.000 e USD750.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável) por emissão. Em certos casos, a Fitch analisará todas ou determinado número de emissões efetuadas por um emissor em particular ou seguradas ou garantidas por determinada seguradora ou garantidor, mediante um único pagamento anual. Tais valores podem variar de USD10.000 a USD1.500.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável). A atribuição, publicação ou disseminação de um rating pela Fitch não implicará consentimento da Fitch para a utilização de seu nome como especialista, com respeito a qualquer declaração de registro submetida mediante a legislação referente a títulos em vigor nos Estados Unidos da América, a Lei de Serviços Financeiros e Mercados, de 2000, da Grã-Bretanha ou a legislação referente a títulos de qualquer outra jurisdição, em particular. Devido à relativa eficiência da publicação e distribuição por meios eletrônicos, o relatório da Fitch poderá ser disponibilizada para os assinantes eletrônicos até três dias antes do acesso para os assinantes dos impressos.

Para a Austrália, Nova Zelândia, Taiwan e Coreia do Sul apenas: A Fitch Austrália Pty Ltd detém uma licença australiana de serviços financeiros (licença AFS nº337123.), a qual autoriza o fornecimento de ratings de crédito apenas a clientes de atacado. As informações sobre ratings de crédito publicadas pela Fitch

RIO DE JANEIRO

Praça XV de Novembro, 20 - Sala 401 B - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Brasil - CEP: 20010-010 - Tel: (55-21) 4503-2600 - Fax: (55-21) 4503-2601

SÃO PAULO

Alameda Santos, 700 - 7º andar - Cerqueira César - São Paulo - SP - Brasil - CEP: 01408-100 - Tel: (55-11) 4504-2600 - Fax: (55-11) 4504-2601

Fitch Ratings

não se destinam a ser utilizadas por pessoas que sejam clientes de varejo, nos termos da Lei de Sociedades (Corporations Act 2001).

POLÍTICA DE ENDOSSO - A abordagem da Fitch em relação ao endosso de ratings, de forma que os ratings produzidos fora da UE possam ser usados por entidades reguladas dentro da UE para finalidades regulatórias, de acordo com os termos da Regulamentação da UE com respeito às agências de rating, poderá ser encontrada na página Divulgações da Regulamentação da UE (EU Regulatory Disclosures) no endereço eletrônico www.fitchratings.com/site/regulatory. Ao status de endosso de todos os ratings Internacionais é informada no sumário da entidade de cada instituição classificada e nas páginas de detalhamento da transação de todas as operações de finanças estruturadas, no website da Fitch. Estas publicações são atualizadas diariamente.

RIO DE JANEIRO

Praça XV de Novembro, 29 - Sala 401 B - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Brasil - CEP: 20016-010 - Tel.: (55-21) 4503-2600 - Fax: (55-21) 4503-2601

SÃO PAULO

Alameda Santos, 700 - 7º andar - Cerqueira César - São Paulo - SP - Brasil - CEP: 01418-100 - Tel.: (55-11) 4504-2600 - Fax: (55-11) 4504-2601

Fitch Ratings

A Viter conta com uma forte equipe de investimentos, com 35 profissionais e rotatividade muito baixa. A equipe de gestão de carteiras é experiente, beneficiando-se da estabilidade de seus profissionais, a maioria dos quais com mais de 15 anos no mercado e no grupo. A gestora conta com uma estrutura de governança sólida, com decisões tomadas por comitês, sendo inexistente o risco de pessoa-chave.

A infraestrutura da Viter é completa, interligando os sistemas de mainframe do conglomerado, principalmente do banco, com sistemas específicos usados pela gestora. A integração com provedores terceirizados, incluindo outras unidades de negócio do grupo, é adequada à demanda da gestora. Os procedimentos estão bem integrados, mas há espaço para melhora em relação à integração dos sistemas e fluxos de trabalho.

A área de custódia e controladoria do grupo/Caixa está implementando um novo sistema de controle de ativos, que deverá melhorar o grau de automação e a eficiência em geral. A implementação deste sistema, entretanto, está demorando mais do que o inicialmente esperado. A conclusão deste projeto foi adiada várias vezes, mas há expectativa de que deve ocorrer ao longo de 2017. A Viter também se encontra no estágio inicial de implantar um novo sistema de front office, embora este projeto ainda não tenha uma data esperada para conclusão.

Gestão de Risco

A Viter possui uma estrutura completa de políticas, comitês e controles implantados, com estruturas independentes. A cultura de risco da gestora é bastante conservadora, com limites de risco de mercado, de crédito e de liquidez bem estabelecidos e estreita supervisão de seus principais executivos. A liquidez dos fundos tem sido ampla, beneficiando-se do alto volume de títulos públicos. A gestora também conta com uma política específica para seleção de corretoras e alocação justa, com rígidos controles. Os estouros de limites têm sido baixos e prontamente solucionados.

Desempenho dos Investimentos

Processos consistentes de tomadas de decisões sobre investimento garantiram que o desempenho e os indicadores de risco da maior parte das estratégias da Viter ficassem em linha com seus objetivos nos últimos 36 meses.

Companhia e Atendimento a Clientes

A Viter é uma das líderes no negócio brasileiro de gestão de recursos, embora sua franquia seja mais reconhecida por seus produtos conservadores e de renda fixa. A gestora demonstrou resultados financeiros fortes e consistentes, sendo uma das unidades de negócios mais importantes do grupo. A Viter tem experiência em diferentes tipos de mandatos, mas seus principais clientes são o varejo e o segmento institucional.

A gestora de recursos oferece um nível muito bom de transparência e de materiais de comunicação aos seus investidores, atendendo a todas as exigências de divulgação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Anbima.

SENSIBILIDADES DOS RATINGS

O rating da Viter é sensível a alterações adversas significativas em quaisquer dos fundamentos de rating mencionados acima, principalmente em caso de enfraquecimento de seu perfil financeiro, alta rotatividade profissional, ou deterioração em seus processos e políticas. Um desvio relevante das diretrizes da Fitch em relação a qualquer fundamento poderá levar ao rebaixamento.

Contato:

Analista principal

Fitch Afirma Rating de Qualidade de Gestão de Investimentos “Forte” da Viter - Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros

Fitch Ratings - São Paulo, 22 de junho de 2017: A Fitch Ratings afirmou o Rating de Qualidade de Gestão de Investimentos “Forte” da Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros (Viter). A Perspectiva do Rating é Estável.

PRINCIPAIS FUNDAMENTOS DO RATING

A afirmação do rating ‘Forte’ da Viter reflete a opinião da Fitch de que a gestora tem capacidade de investimento e características operacionais fortes.

O rating da Viter incorpora o fato de que a gestora de investimentos integra o conglomerado financeiro Caixa Econômica Federal (Caixa, IDRs ‘BB’/Perspectiva Negativa, Rating Nacional de Longo Prazo ‘AA+(bra)’(AA mais (bra))/Perspectiva Estável). O rating também reflete a abordagem conservadora da gestora, seus amplos canais de distribuição e base de clientes, além de um bem disciplinado processo de investimento, concentrado em fundos tradicionais de renda fixa. A classificação contempla, ainda, a sólida geração de receitas da Viter, seu forte conjunto de controles internos, além de suas robustas liquidez e estrutura de gestão de riscos.

O rating considera apenas as atividades da gestora no mercado local, incluindo a carteira administrada dos recursos livres do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), excluindo a gestão de fundos estruturados, como os fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs) e os fundos de investimento em participações (FIPs), que têm processos e políticas próprios e são segregados da gestão de fundos tradicionais.

Os principais desafios da Viter são melhorar a eficiência, concluir os importantes projetos de tecnologia e automação atualmente em curso, prosseguir com o desenvolvimento de sua equipe de investimentos e dar continuidade a sua diversificação com estratégias mais sofisticadas e de maior valor agregado.

O rating ‘Forte’ se baseia nas seguintes avaliações:

Processo de Investimento: Excelente
Recursos de Investimento: Forte
Gestão de Risco: Forte
Desempenho dos Investimentos: Consistente
Companhia & Atendimento a Clientes: Excelente

Criada em 1998, a Viter é responsável pela gestão de recursos de terceiros da Caixa. É a quarta maior gestora no Brasil, com 7,0% de participação de mercado no mercado local e BRL250 bilhões de ativos sob administração (AUM), desconsiderando-se os fundos estruturados, segundo a Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), em abril de 2017. Estabelecida em 1861, a Caixa era o terceiro maior banco do Brasil em termos de ativos e depósitos. Apresentava BRL1,25 trilhão em ativos e BRL 4,1 bilhões de lucro líquido em dezembro de 2016. A Caixa é inteiramente controlada pelo governo brasileiro e seus ratings refletem a alta probabilidade de suporte do controlador, se necessário.

Processo de Investimento

O processo de investimentos da Viter é bem estabelecido, com base em comitês e abordagem top-down e setorial, com visão de longo prazo, suportados por análises da área de risco. A gestora tem ampla experiência de gestão em diferentes estratégias, com consistência e um robusto conjunto de controles. As análises produzidas são consistentes com o universo de investimentos e demonstram a disciplina e repetitividade do processo.

Recursos de Investimentos



BANCO CENTRAL DO BRASIL

CERTIDÃO

Certifica-se que, nesta data, o (a) CAIXA ECONOMICA FEDERAL (CNPJ 00.360.305/0001-04) encontra-se na situação **Autorizada em Atividade**, estando habilitada, nos termos da legislação em vigor, a praticar operações permitidas às instituições da espécie, possuindo, também, autorização para operar com crédito rural.

2. Certifica-se, ainda, que, quando da emissão desta certidão, constava em nossos cadastros que a instituição não se encontrava submetida a regime de administração especial temporária, de intervenção ou de liquidação extrajudicial por parte deste Banco Central.

3. Certidão emitida eletronicamente às 16:03:07 do dia 1/2/2018, com base na Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995. Para verificar a autenticidade deste documento acesse o endereço <https://www3.bcb.gov.br/certiaut/validar>.

Código de validação: BafWocnEWqARdolCXoxP

Certidão emitida gratuitamente.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO NR : 139-00.661.286/2018
NOME : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ENDEREÇO : SBS QDA 04 BL A LOTE 3/4 PRES/GECÓL 21 ANDAR
CIDADE : ASA SUL
CPF
CNPJ : 00.360.305.0001-04
CF/DF : 0731282500175 - ATIVA

FINALIDADE : JUNTO A ORGAOS PUBLICOS

CERTIFICAMOS QUE

HA DEBITOS VINCENDOS DE IPTU.
HA DEBITOS VINCENDOS DE TLP.
HA DEBITOS VINCENDOS DE ITBI / 2018 .
HA DEBITOS VINCENDOS. LANCAMENTO: 0000084574 / 2018 / 7237
CONSTA(M) DEBITO(S) SUSPENSO(S) NO LANCAMENTO.
CONSTA(M) DEBITO(S) SUSPENSO(S) POR RECURSO ADMINISTRATIVO.
CONSTA(M) DEBITO(S) SUSPENSO(S) POR RECURSO JUDICIAL.
CONSTA(M) DEBITO(S) DE IPTU TLP RECOLHIDOS
JUNTO AO AGENTE ARRECADADOR POREM AINDA NAO CONSTANDO
NO SISTEMA DE ARRECADACAO DA SECRETARIA DA FAZENDA.

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5.172/66 – CTN.

Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Esta Certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme o Decreto Distrital nr. 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 05 de Agosto de 2018

Brasília-DF, 07 de Maio de 2018

Certidão emitida por DANIELA BRITO as 13:31

Prescinde de assinatura, conforme Decreto Distrital nr. 26.528 de 13 de janeiro de 2006.
Deve ser validada na Internet pelo site www.fazenda.df.gov.br.



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição : 00360305/0001-04
Razão Social : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Nome Fantasia : CEF MATRIZ
Endereço : SBS QUADRA 4 BLOCO 1 LOTE 5A PRES/GECEM 21 ANDA / ASA SUL / BRASILIA / DF / 70002-900

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/07/2018 a 18/08/2018

Certificação Número: 2018072013501083065604

Informação obtida em 02/08/2018, às 15:12:20.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
CNPJ: 00.360.305/0001-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 07:50:58 do dia 02/03/2018 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/08/2018.
Código de controle da certidão: **08A7.A512.539D.EE94**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.